



# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXIII DCL N° 72

Brasília, quarta-feira, 23 de abril de 2014

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
MESA DIRETORA	
Presidente: Wasny de Roure	Vice-Presidente: Agaciel Maia
1º Secretário: Eliana Pedrosa Suplente: Liliane Roriz	2º Secretário: Prof. Israel Batista Suplente: Joe Valle
3º Secretário: Aylton Gomes Suplente: Cristiano Araújo	Corregedor: Patrício Ouvidor: Evandro Garla Proc. Esp. da Mulher:
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite	Chico Vigilante
Vice-Presidente: Robério Negreiros	Wellington Luiz
Aylton Gomes	Benedito Domingos
Cláudio Abrantes	Joe Valle
Eliana Pedrosa	Celina Leão
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Rôney Nemer	Agaciel Maia
Vice-Presidente: Doutor Michel	Cláudio Abrantes
Arlete Sampaio	Patrício
Benedito Domingos	Cristiano Araújo
Washington Mesquita	Eliana Pedrosa
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Celina Leão	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Olair Francisco	Chico Leite
Evandro Garla	Benedito Domingos
Cristiano Araújo	Professor Israel Batista
Luzia de Paula	
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante	Chico Leite
Vice-Presidente: Washington Mesquita	Liliane Roriz
Agaciel Maia	Olair Francisco
Professor Israel Batista	Cláudio Abrantes
Paulo Roriz	Rôney Nemer
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Doutor Michel	Evandro Garla
Vice-Presidente: Olair Francisco	Robério Negreiros
Agaciel Maia	Rôney Nemer
Joe Valle	Professor Israel Batista
Patrício	Arlete Sampaio
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Cristiano Araújo	Aylton Gomes
Vice-Presidente: Wellington Luiz	Robério Negreiros
Arlete Sampaio	Evandro Garla
Celina Leão	Washington Mesquita
Cláudio Abrantes	Doutor Michel
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Liliane Roriz	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Evandro Garla	Arlete Sampaio
Benedito Domingos	Aylton Gomes
Luzia de Paula	Professor Israel Batista
Wellington Luiz	Rôney Nemer
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Paulo Roriz	Olair Francisco
Vice-Presidente: Chico Vigilante	Chico Leite
Liliane Roriz	Washington Mesquita
Joe Valle	Luzia de Paula
Rôney Nemer	Wellington Luiz
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Robério Negreiros	Rôney Nemer
Vice-Presidente: Patrício	Chico Vigilante
Aylton Gomes	Cristiano Araújo
Eliana Pedrosa	Liliane Roriz
Professor Israel Batista	Joe Valle
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Joe Valle	Luzia de Paula
Vice-Presidente: Wellington Luiz	Agaciel Maia
Arlete Sampaio	Chico Vigilante
Chico Leite	Cláudio Abrantes
Eliana Pedrosa	Celina Leão

Atualizado em 23/04/2014

## Sumário

Redações Finais .....	1
Comissões .....	2
Mesa Diretora .....	17
Comunicados .....	19
Fiscal .....	19
Contratos .....	19

## Redações Finais

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, a ser realizada no dia 1º de setembro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2014.

PROJETO DE LEI Nº 1.062, DE 2012

REDAÇÃO FINAL

Institui o Dia Distrital de Conscientização sobre a Alienação Parental no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Distrital de Conscientização sobre a Alienação Parental no âmbito do Distrito Federal, a ser comemorado anualmente em 25 de abril.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2014.

PROJETO DE LEI Nº 1.163, DE 2012

REDAÇÃO FINAL

Institui o Dia do Jovem Adventista e o inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia do Jovem Adventista, a ser realizado anualmente em 15 de setembro.

*Parágrafo único.* A data comemorativa a que se refere o caput deve ser incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2014.

## PROJETO DE LEI Nº 1.227, DE 2012

## REDAÇÃO FINAL

Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a festividade que especifica.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Festa do Padroeiro da Paróquia São José Esposo de Maria na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI, a ser realizada anualmente na primeira quinzena do mês de maio.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2014.

- PROJETO DE LEI nº 1.496/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que concede redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente na prestação de serviços que especifica.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/04/14  
Último Dia: 25/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.624/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) OLAIR FRANCISCO, que cria o Programa de Defesa da Produção Orgânica e Incremento da Agroecologia no Distrito Federal.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 10/04/14  
Último Dia: 28/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.664/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que institui o Dia do Procurador Legislativo.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.824/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLÁUDIO ABRANTES, que fica denominado Cezar Alves de Medeiros, a Vila Olímpica de Planaltina.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 207/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLÁUDIO ABRANTES, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Gervásio Carlos Baptista.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 239/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA E CELINA LEÃO, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cleber Roberto Pires.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 242/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) PROF. ISRAEL BATISTA, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Mário Candido da Silva.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 22/04/14  
Último Dia: 07/05/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 249/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ARLETE SAMPAIO, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao jornalista, professor, historiador e militante político Jarbas Silva Marques.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 250/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) EVANDRO GARLA E OUTROS, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Júlio César Ribeiro.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 252/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Jorge Shuy Guanag Pu.

## Comissões

## DIRETORIA LEGISLATIVA

## DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

## SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

## PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- PROJETO DE LEI nº 836/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que cria o relatório "Acessibilidade Transparente", como instrumento de controle e fiscalização do orçamento público na área da Mobilidade Urbana.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 11/04/14  
Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.018/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que institui o programa de gerenciamento de Obras de Arte Especiais, o qual prevê a obrigatoriedade de Inspeção de Obras de Arte Especial nas rodovias sob a jurisdição do Distrito Federal, sua periodicidade e dá outras providências.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 11/04/14  
Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.081/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que obriga a afixação do número de telefone e email da empresa responsável pelo veículo para avaliação de motoristas integrantes do sistema de transporte público do Distrito Federal e dá outras providências.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/04/14  
Último Dia: 25/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.342/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) OLAIR FRANCISCO, que altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007, que "institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e dá outras providências", para incorporar à legislação distrital os avanços conceituais decorrentes de alteração constitucional na matéria.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 14/04/14  
Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.384/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LUZIA DE PAULA, que dispõe sobre a divulgação semestral de dados concernentes aos contratos de locação de imóveis firmados pelo Poder Executivo do Distrito Federal.

## PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/04/14  
Último Dia: 25/04/14



**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

## Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Francilaine Munhoz de Moraes – Reg. Prof. 2461/13/08 – MTb-DF  
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – Impressão: Seção de Produção Gráfica  
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.d.df.gov.br

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 257/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Henrique Serra Azul.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

**COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

- PROJETO DE LEI nº 1.684/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que dispõe sobre a contratação das empresas de transporte público como mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.803/14, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.873/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) WELLINGTON LUJIZ, que dispõe sobre a instalação de dispositivo sonoro horizontal próximo às faixas de pedestres, no Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.879/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que dispõe sobre a mobilidade urbana, no âmbito do Distrito Federal, vedando, em prol da segurança e da ordem urbanística, o tráfego de veículos, nos horários que especifica.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

- PROJETO DE LEI nº 1.274/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) AYLTON GOMES, que estabelece princípios e parâmetros técnicos que deverão ser assegurados para a adequação da estrutura física de áreas destinadas ao atendimento de idosos em hospitais, clínicas e demais estabelecimentos hospitalares nas redes de saúde pública e privada, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 22/04/14

Último Dia: 07/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.650/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) PATRÍCIO, que dispõe sobre condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho dos motoristas, cobradores e demais trabalhadores em transporte público rodoviário urbano.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.846/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que dispõe sobre a exploração e transparência dos contratos publicitários, veiculados pelo Sistema de Transporte Público coletivo e Individual do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 07/04/14

Último Dia: 23/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.856/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto do Livro do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 08/04/14

Último Dia: 24/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.863/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que institui a obrigatoriedade de avaliação física feita por profissional legalmente habilitado no Conselho Profissional para a prática de exercício físico de atividades esportivas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 11/04/14

Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.869/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que dispõe sobre a dispensa de revalidação e o reconhecimento automático de diplomas de cursos de pós-graduação expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, no âmbito da administração distrital.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 258/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) AGACIEL MAIA, que concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wellington Moura e Silva – pelo excelente trabalho prestado aos moradores do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

- PROJETO DE LEI nº 1.855/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que garante o direito das pessoas que realizaram cirurgia bariátrica ou outra gastropластиа, bem como aos demais consumidores, a opção de cobrança por pesagem, a meia refeição, a porção ou, conforme o caso, o desconto de 50% nos restaurantes do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 08/04/14

Último Dia: 24/04/14

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

- PROJETO DE LEI nº 1.403/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que estabelece diretrizes para a política de prevenção e combate do trabalho infantil em suas piores formas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.867/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que institui o Programa de Atendimento Especial às Mulheres Vítimas de Violência.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 91/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que institui a Lei de Defesa do Contribuinte do Distrito Federal – LDC/DF e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS**

- PROJETO DE LEI nº 1.868/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que dispõe sobre a veiculação de Informativos e publicidade por intermédio de panfletos e congêneres em veículos e nos locais que especifica.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA**

- PROJETO DE LEI nº 1.857/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY NEMER, que fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Cultural do Banco Regional de Brasília-BRB e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 08/04/14

Último Dia: 24/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.858/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY MENER, que regulamenta o disposto no § 2º do art. 235 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que inclui a literatura brasileira no currículo das escolas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 08/04/14

Último Dia: 24/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.860/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) AYLTON GOMES, que altera a Lei nº 4.927, de 29 de agosto de 2012, que alterou a Lei nº 2.809, de 29 de outubro de 2001, que dispõe sobre a garantia do direito da criança e do adolescente ao atendimento pedagógico e escolar na atenção hospitalar no Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 11/04/14

Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.861/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY MENER, que disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do esporte, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 11/04/14

Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.862/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RÔNEY MENER, que dispõe sobre a identificação dos profissionais de educação física e de estagiários, quando no exercício de suas funções, nas pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área de atividades físicas, desportivas e similares no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 11/04/14

Último Dia: 29/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.871/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) JOE VALLE, que institui e inclui no Calendário de Eventos do Distrito Federal o Dia da Cultura e Luta Camponesa.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

**COMISSÃO DE SEGURANÇA**

- PROJETO DE LEI nº 1.854/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo no Sistema Prisional do Distrito Federal, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 08/04/14

Último Dia: 24/04/14

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 92/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LILIANE RORIZ, que altera a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, que "cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal - FUNPCDF e dá outras providências."

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 90/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBERTO NEGREIROS, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 11/04/14

Último Dia: 29/04/14

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

- PROJETO DE LEI nº 1.864/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que proíbe o encaminhamento de animais capturados pelo Centro de Controle de Zoonoses do Distrito Federal, canis públicos ou particulares para instituições de ensino e pesquisa.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.865/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que determina a adoção de medidas impeditivas do acesso de mamíferos silvestres aos fios de alta tensão das torres ou postes de transmissão de energia elétrica, por parte da concessionária, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 14/04/14

Último Dia: 30/04/14

- PROJETO DE LEI nº 1.866/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que estabelece critérios para a proteção da vida de cães e gatos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 15/04/14

Último Dia: 05/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.870/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) JOE VALLE, que dispõe sobre a obrigatoriedade de venda de água mineral nas drogarias do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.874/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que institui Programa de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas no âmbito do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.875/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de projetos de arborização urbana em novos loteamentos ou parcelamentos e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.876/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que dispõe sobre o plantio de árvores em empreendimentos imobiliários subsidiados ou financiados pelo Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.877/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que proíbe o lançamento de efluentes que contenham corantes em rios, ribeirões, córregos, lagos, represas e demais corpos d'água no âmbito do Distrito Federal e determina a classificação dos corantes como contaminantes ambientais.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

- PROJETO DE LEI nº 1.878/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que estabelece mecanismos e diretrizes para controle e segurança da água de consumo humano no Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS**

1º Dia: 23/04/14

Último Dia: 08/05/14

**NOTA** - De acordo com o art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.



**PARECER:** Inadmissibilidade  
**RESULTADO:** Aprovado o parecer pela inadmissibilidade

Regimento Interno/CLDF, informa que as proposições relacionadas foi designadas a um membro desta Comissão para emitir parecer.

#### EXTRAPAUTA

**19 – PL 1818/2014**, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

**RELATORIA:** Deputado Ayton Gomes (relatoria *ad hoc* Deputado Chico Leite)

**PARECER:** Admissibilidade

**RESULTADO:** Aprovado o parecer pela admissibilidade

**20 – PDL 250/2014**, de autoria do Deputado Evandro Garla, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Júlio César Ribeiro".

**RELATORIA:** Deputado Cláudio Abrantes

**PARECER:** Admissibilidade

**RESULTADO:** Aprovado o parecer pela admissibilidade

Paulo Eduardo Pinto de Almeida  
 Secretário – CCJ  
 Matrícula n.º 16755-10

DEPUTADO
CRISTIANO ARAÚJO
PL-1859/2014
PLC- 93/2014

Alex Leal Macedo  
 Secretário – CAF

## Comissão de Educação, Saúde e Cultura

## Comissão de Defesa do Consumidor

**RESULTADO DE PAUTA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14H30,**  
**NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES**

**EXTRAPAUTA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA**  
**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA DA**  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.**

I – Matérias para discussão e votação:

Local: Sala de Reuniões das Comissões.

Data: a ser realizada no dia 23 de abril de 2014, às 10h.

1. **Requerimento nº 001/2014-CESC**, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e do Deputado Prof. Israel Batista, que "Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa, para discutir a situação dos 58 alunos arbitrariamente excluídos da lista de aprovados no Vestibular ESCS 2014, para os cursos de Enfermagem e Medicina, e principalmente, medidas e soluções concretas para esta situação e a vida destes estudantes".

**RESULTADO: APROVADO**

2. **Requerimento nº 002/2014-CESC**, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que "Requer por meio da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC, a convocação da Diretora Geral da Escola Superior de Ciência da Saúde, Doutora Maria Dilma Alves Teodoro, para prestar, pessoalmente, informações e esclarecimentos sobre a situação dos 58 alunos arbitrariamente excluídos da lista de aprovados no Vestibular ESCS 2014".

**RESULTADO: APROVADO**

3. **Requerimento nº 003/2014-CESC**, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que "Requer por meio da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC, a presença do Diretor-Geral do Cespe-UnB, Senhor Paulo Portela, para prestar, informações e esclarecimentos sobre os erros cometidos na correção das provas de redação do vestibular para Escola Superior de Ciências de Saúde - ESCS".

**RESULTADO: APROVADO**

**EGERINEU MARQUES BRANDÃO JUNIOR**

Secretário da Comissão de Educação, Saúde e Cultura

## Comissão de Assuntos Fundiários

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado, CRIATIANO ARAÚJO, nos termos do art. 90, I e art. 162, § 1º, VI - do

I – Matérias para discussão e votação

- Indicação 17685/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Agaciel Maia, que "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, disponibilizar dentro do Edital de Licitação para permissões de táxi, determinado número de vagas para os motoristas locatários de placas em todo o Distrito Federal."
- Indicação 17853/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Agaciel Maia, que "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal, a ampliação do quantitativo de ônibus para atender os moradores do Setor Total Ville – Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII."
- Indicação 17660/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Celina Leão, que "Sugere a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que se manifeste favoravelmente na celebração de convênio a ser firmado entre o Ministério da Integração Nacional, Distrito Federal, Estado de Goiás e Estado de Minas Gerais, de forma a unificar procedimentos relativos ao Transporte Público semiurbano entre o DF e seu Entorno."
- Indicação 17661/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Celina Leão, que "Sugere ao Ministério dos Transportes que se manifeste favoravelmente na celebração de convênio a ser firmado entre o Ministério da Integração Nacional, Distrito Federal, Estado de Goiás e Estado de Minas Gerais, de forma a unificar procedimentos relativos ao Transporte Público semiurbano entre o DF e seu Entorno."
- Indicação 17662/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Celina Leão, que "Sugere ao Ministério da Integração Nacional, que firme convênio entre o Distrito Federal, o Estado de Goiás e o Estado de Minas Gerais buscando a unificação de procedimentos relativos ao Transporte Público semiurbano entre o DF e seu Entorno."
- Indicação 17664/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Dr Michel, que "Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans), que o percurso da linha de ônibus Sobradinho/Planaltina seja estendido passando por dentro de Sobradinho II, até o final da DF 420."
- Indicação 17573/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) Olair Francisco, que "Sugere ao DFTrans, a realização de licitação com objetivo de introduzir uma nova empresa de transporte coletivo que faça a linha de ligação entre Sobradinho I para L2 Norte e Sul, Região Administrativa de Sobradinho I – RA V."

8. **Indicação 17588/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) **Olair Francisco**, que "Sugere providências ao Poder Executivo junto ao DFTRANS – Transporte Urbano do DF, a revitalização e roçagem das paradas de ônibus em frente ao cemitério Sobradinho II, Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI."
9. **Indicação 17656/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) **Olair Francisco**, que "Sugere providências ao Poder Executivo junto ao DFTRANS – Transporte Urbano do DF, a revitalização das paradas de ônibus de Sobradinho I, Região Administrativa de Sobradinho I – RA V."
10. **Indicação 17657/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) **Olair Francisco**, que "Sugere providências ao Poder Executivo junto ao DFTRANS – Transporte Urbano do DF, a revitalização das paradas de ônibus de Sobradinho II, Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI."
11. **Indicação 17847/2014**, de autoria do(a) Deputado(a) **Robério Negreiros**, que "Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS), a ampliação das linhas de ônibus 925.1 e 925 a fim de atender aos moradores do Residencial Pinheiros na Região Administrativa de Ceilândia (RA IX)."

  
Nilma Silva Araújo

Secretária Substituta da Comissão de Defesa do Consumidor

## Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

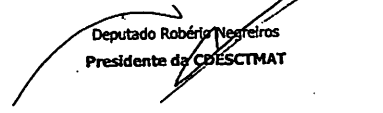
**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 16/4/2013.**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a segunda reunião extraordinária, da terceira sessão legislativa, da sexta legislatura, presente o Deputado Robério Negreiros. O Deputado comunicou que, em razão de acordo com o Coordenador de Assuntos Parlamentares, Sr. José Willemann, os Requerimentos nº 2 e 3, de 2013, foram substituídos pela reunião na Presidência da Terracap, às 10h, do dia 22 de abril de 2013, com representantes da comunidade do Lago Sul. O convite foi feito aos demais integrantes da Comissão. Em seguida, encerrou a reunião em razão da falta de quorum. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Robério Negreiros, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24/4/2013.**

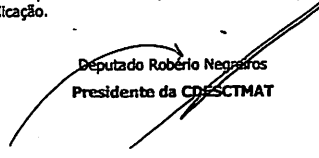
Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quinze horas e sete minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a primeira reunião ordinária, da terceira sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Robério Negreiros e Professor Israel Batista. O Presidente da Comissão, Robério Negreiros, declarou aberta a reunião e, em razão de não haver quorum mínimo, encerrou a reunião. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Robério Negreiros, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 29/5/2013.**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e quarenta e dois minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a segunda reunião ordinária, da terceira sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes o

Deputado Robério Negreiros e a Deputada Eliana Pedrosa. O Presidente da Comissão, Robério Negreiros, registrou a justificativa de ausência do Deputado Professor Israel Batista, que enviou memorando. Em seguida, encerrou a reunião em razão da falta de quorum. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Robério Negreiros, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 17/10/2013.**

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no auditório da Administração Regional do Lago Sul, para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que "aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências", tendo como objeto de debate a Região Administrativa do Lago Sul. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e convidou para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer; o Relator da LUOS, Deputado Wellington Luiz; o Administrador do Lago Sul, Sr. Wander Azevedo; o Subsecretário da Sedhab, Sr. Rômulo Andrade; a Sra. Eliana Calman, representante do Vice-Governador do Distrito Federal, Sr. Tadeu Filippelli. O Parlamentar informou que o Cerimonial faria a inscrição das associações que quisessem se manifestar e passou a palavra ao relator da LUOS. O Deputado Wellington Luiz afirmou que a vontade da sociedade, em caso de divergência, deve prevalecer. Muitos moradores procuraram o Parlamentar e demonstraram preocupação com a proposta do Executivo; então, há que se ouvir os moradores, que vivem as dificuldades diárias. O Deputado Cristiano Araújo convidou para compor a Mesa o Deputado Robério Negreiros, Presidente da CDESCMAT, e passou a palavra à Sra. Eliana Calman. Ela informou que representava o Vice-Governador, que não estava em Brasília, e ressaltou a importância do tema, que envolve o dia a dia das pessoas. Colocou o gabinete do Vice-Governador à disposição para eventuais questionamentos. O Deputado Cristiano Araújo convidou para falar o Sr. Rômulo Andrade, técnico da Sedhab. Ele destacou a importância do tema, informou que o Secretário Geraldo Magela não pôde estar presente e disse que a Secretaria está à disposição para construir junto com a comunidade a melhor forma de uso e ocupação do solo na região. Passou-se a palavra ao Administrador do Lago Sul, Sr. Wander Azevedo. O Administrador afirmou que houve várias reuniões com a comunidade para discutir a LUOS. Algumas questões ficaram de fora da discussão e podem ser debatidas. Passou-se a palavra ao Deputado Rôney Nemer. O Parlamentar cumprimentou a todos em nome do Professor Aleixo e da Professora Suely Gonzales, da Faculdade de Arquitetura da UNB, onde o Deputado se formou. Afirmou que houve audiências públicas em que a participação da população ocorria apenas para cumprimento da lei e os pedidos não eram considerados. Então, os Presidentes das Comissões e os Relatores tomaram a decisão de gravar tudo o que será dito e de receber os pedidos formalmente. Orienta-se que se protocolam as solicitações na Câmara Legislativa, e será dada resposta a todos os pedidos, informando o que foi acatado e não acatado e a justificativa, no caso de não acolhimento. Essa seria a melhor forma de dar respaldo para não tornar inconstitucional o trabalho realizado. O Deputado Rôney Nemer criticou a afirmação do Secretário Geraldo Magela de que não pode haver emendas na Câmara Legislativa. Segundo o Deputado, o que não pode é o que se fazia antes: apresentar emendas pontuais para favorecer alguns. As emendas apresentadas na Câmara Legislativa requerem justificativas técnicas, respeitado o

zoneamento urbano, independentemente de interesses pessoais. Por fim, o Deputado falou que o que se pretende é ouvir a comunidade para que a LUOS seja o retrato mais próximo do que a sociedade precisa. Passou-se a palavra ao Deputado Robério Negreiros. O Parlamentar afirmou ser morador do Lago Sul e defender os interesses da região. Resaltou o trabalho conjunto das Comissões de mérito – CAF e CDESCMAT – e das outras duas Comissões – CEOF, por envolver gabarito e valores, e CCJ, que analisará a admissibilidade quanto à Constituição Federal e à Lei Orgânica. O Parlamentar pediu que se discuta o lote da QL 24, onde se pretende construir um shopping sem estudo ambiental, estudo de impacto de trânsito e de vizinhança. Trava-se uma luta no Tribunal de Contas do Distrito Federal para que o lote se destine a uma área de lazer. A Comissão conseguiu uma liminar judicial para sustar a venda do lote. O Deputado Cristiano Araújo destacou o empenho do Deputado Robério Negreiros junto à associação de moradores do Lago Sul para barrar a construção do shopping e passou a palavra à Sra. Flávia Negreiros. Ela afirmou que mora no Lago Sul há 30 anos e se preocupa com dois problemas. O shopping na quadra 24, sem estudo sobre as nascentes próximas; e as pontas de picolé, onde os moradores não podem construir nem utilizar área verde. Comentou sobre a existência de uma enorme edificação pública na QL 20 e criticou o fato de os moradores não poderem construir nada na beira do lago, enquanto o governo pode construir prédio que futuramente pode virar um shopping. Registrou-se a presença de Heloisa Prates Doyle, Presidente da Associação dos Moradores da QI 17; Gilberto Salomão, representante do Centro Comercial Gilberto Salomão; Edimar Batista Pereira, Presidente da Associação dos Moradores do Lago Sul; Luiz Eugênio Fernandes Duarte, Diretor da ACDF Jovem; Bernarda Acosta, da Assembleia Espiritual Nacional dos Bahá'is do Brasil; Marconi de Souza, da Alapa – Associação dos Amigos do Lago Paranoá; Flávia Carmona, da Acel do Lago Sul; Edésio Luiz de Sousa, da Amor 28, Lago Sul – Amigos da 28; Márcio Brum Pereira, da Associação Comercial e Empresarial do Lago Sul; Luiz Fernando Borges, Presidente da Associação dos Moradores da QI 21; Natany Osório. Passou-se a palavra à Sra. Márcia Fernandez, assessora da Deputada Eliana Pedrosa. Ela comentou sobre a complexidade técnica da LUOS e do PPCUB e a dificuldade de acompanhar como eram antes e como está a proposta atual dos anexos do projeto. Propôs que os mapas dos anexos fossem impressos em tamanho legível e colocados à disposição na Câmara Legislativa para consulta pela comunidade. Também expressou preocupação com o Perímetro do Lago Sul, onde não se implantou o projeto, a Terracap deve arrecadar e as obras foram construídas além dos limites dos lotes. Passou-se a palavra à Sra. Natany Osório. A moradora do Lago Sul disse que, em 2002, a licitação do terreno da QL 20 pela Terracap foi suspensa com base em estudo feito pela Engenharia Ambiental da UNB, e disponível no

processo, que demonstra a impossibilidade de qualquer construção. O Deputado Cristiano Araújo registrou a presença de Viviane Mateus Fidells; Danielle Siqueira; Fábio Bakker; Tarcio Cursino de Oliveira. E convidou para falar o Sr. Luiz Fernando Borges, Presidente da Associação dos Moradores da QI 21. Ele expressou preocupação com a proliferação de escritórios de advocacia e de embaiadas no Lago Sul, setor exclusivamente habitacional. Quanto aos escritórios de advocacia, um parecer da Procuradoria do GDF afirma que pode se instalar onde quiser, sem necessidade de licença. Em relação às embaiadas alega-se a questão da reciprocidade para permitir a instalação em qualquer local. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Dênia Magalhães, representante do Deputado Joe Valle; Sirival Coutinho, arquiteto da Sedhab; Onélio Alves Teles, do Conselho de Segurança; Andréia da Cunha Nascimento. Passou-se a palavra à Professora Suely Gonzales. Ela chamou atenção para o fato de vários temas, como o do shopping da quadra 24 e o das embaiadas, serem discutidos desde 2004. Questionou sobre o que se pode fazer nessa fase de aprovação da lei, se caberia à sociedade indicar emendas ao projeto e os artigos que não agradam. Ao afirmar que existem muitas áreas a serem parceladas no Lago Sul, a professora perguntou o motivo de tais áreas não obedecerem ao previsto na lei. O Deputado Cristiano Araújo convidou para compor a Mesa a Deputada Celina Leão, membro da Comissão de Assuntos Fundiários. O Deputado Wellington Luiz parabenizou os questionamentos da professora, que expressam o sentimento da maioria dos moradores, e afirmou que haverá tempo para que os moradores apresentem propostas e questionem o projeto. O Sr. Rômulo Andrade, da Sedhab, foi convidado para expor sobre o projeto de lei. Ele disse que a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal é uma inovação para o Distrito Federal. Antes, havia um regramento que executava as normas de edificação de uso e gabarito, o que significava a possibilidade de normatização lote a lote. Assim, o sistema de planejamento tornava-se muito complexo. Observou-se, então, a necessidade de alinhamento e síntese da lei. A LUOS é uma determinação do uso e da ocupação dos lotes de parcelamentos consolidados aprovados pelo governo. Observando de forma ampla, o Lago Sul é composto basicamente do uso do solo residencial exclusivo, ou unifamiliar, ou coletivo como forma de condomínio. Quanto aos lotes comerciais, trata-se de definição abrangente - comércio, serviço, indústria etc. A Professora Suely Gonzales perguntou sobre os lotes que admitem equipamentos de nível regional, como o da QI 24 e o da QI 23. Segundo o Anexo VII, A1, permite-se inclusive penitenciária e locais para educação de menores delinquentes. Antes, Natany Osório afirmou que, nos parques do Lago Sul, existem nove unidades imobiliárias em cima do córrego de água corrente, uma área de preservação permanente. O Sr. Rômulo Andrade explicou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo não desconstitui lotes, não é premissa da lei desconstituir as unidades imobiliárias. Será necessário um trabalho legislativo de desconstituição de lote, que a Câmara Legislativa tem autonomia para realizar. O técnico destacou que a LUOS incorpora instrumentos específicos, estabelecidos pelo PDOT e pelo Estatuto das Cidades: a outorga do direito de construir e a outorga da alteração de uso. O empreendedor privado tem o direito de construir até determinado patamar, o chamado coeficiente básico. Acima desse patamar, até determinado limite estabelecido, o proprietário tem que pedir autorização ao Poder Público, o qual avalia se aquela atividade é isenta ou não de outorga. Caso seja passível de outorga, o proprietário paga um percentual sobre a valorização imobiliária, que é destinado ao Fundurb - Fundo de Desenvolvimento Urbano, fundo que aplica os recursos em obras de patrimônio histórico e em educação ambiental. Outro instrumento que busca organização na cidade é a compensação urbanística, uma autorização específica do Poder Público para que o proprietário que construiu de forma específica - por exemplo, acima do limite - tenha tempo para efetuar a regularização. A compensação urbanística sujeita o proprietário a pagamento e também se refere às atividades. Em algumas cidades, percebeu-se a necessidade de readaptar usos, para não prejudicar atividades já implantadas. A Deputada Celina Leão, membro da Comissão das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, da CLDF, afirmou que o governo enviou à Câmara uma proposta de emenda que amplia a área máxima a ser parcelada de 60 para 100 hectares. A Parlamentar comentou que o texto enviado pela Secretaria diminui o estudo de impacto ambiental e propõe estudo simplificado. Sugeriu que o técnico da Sedhab apontasse a que usos correspondem as áreas coloridas do mapa, para que se tivesse uma visão geral. O Deputado Rôney Nemer sugeriu que a Sedhab informasse à população se a proposta criava algum lote e se havia mudança no uso e no potencial construtivo. Passou-se a palavra ao Sr. Aleho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UnB, morador do Lago Sul e membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU. O professor afirmou que a comunidade não quer que se construa penitenciária nem shopping center, e que as dificuldades de diálogo com a Sedhab podem ser em razão de o Secretário não ser da área de planejamento urbano. O Sr. Rômulo Andrade afirmou que a LUOS não cria lote nem altera potencial construtivo, pois não são princípios da lei. A lei trabalha a regulação do processo construtivo. Precisa-se de um mecanismo melhor para autorizar um projeto, não bastando submeter à Administração Regional. Sobre as cores, o amarelo, que no quadro é verde, é residência unifamiliar, residencial coletivo, onde existem os condomínios. O azul claro é equipamento público, que não pode repassar ou vender. Deixou-se em aberto os possíveis equipamentos públicos: educação, saúde, segurança, todos os serviços públicos. Às vezes, precisa-se fazer permuta de lote entre as Secretarias. O Deputado Rôney Nemer perguntou sobre o pontinho azul que abrange cinco pontas de picolé, se seria pertinente ter hospital ao lado das casas, num local de difícil acesso. O Sr. Rômulo Andrade explicou que os lotes mencionados fazem parte do patrimônio de alguma secretaria e não se pode simplesmente desconstituir o lote, alterar o uso. Segundo o técnico, todos os lotes do parcelamento original têm acesso viário. Explicou que a cor vermelha refere-se a comércio, serviço institucional e indústria. Indústria inclui padaria e confeitaria, estabelecimentos que transformam bens. A cor roxa refere-se também a comércio de serviço e indústria, mas de maior porte, com mais atividades específicas. O Deputado Rôney Nemer questionou se, em vez de elaborar norma permissiva, não seria melhor uma norma restritiva, que explicitasse a proibição de penitenciária ou shopping. A preocupação no Lago Sul é com os equipamentos de grande porte, que podem causar problemas. O Deputado Cristiano Araújo comentou sobre a possibilidade de fazer, em conjunto com o Deputado Rôney Nemer, estudo para tomar tudo área ambiental, evitando-se penitenciária ou equipamento que incomode o morador. O Deputado informou que a Deputada Eliana Pedrosa justificou ausência em razão de outra atividade, mas estava representada pela Sra. Márcia Fernandez. Passou-se a palavra ao Sr. Clóvis Araújo. Ele disse que falta aos moradores ambiência, convívio, algo que independe do governo. E comentou que falta transparência efetiva aos governos, com dados sobre receita e despesa. O esgotamento sanitário da QI 27 está parado há um ano e meio, porque a proprietária de um lote não permite que entrem para continuar o ramal. O morador questionou o afastamento dos fundos, previsto na NGB 1.086/86, que retira o uso de 100 metros, pelos quais o proprietário paga. Passou-se a palavra ao Sr. José Raul Aldamin Leão. Ele disse ter sido convocado pelo governo de Goiás para viabilizar a produção agrícola ainda antes da criação do Distrito Federal. Não permitiu que a área cedida fosse fracionada, em contrário do que ocorreu em outras áreas. Mas em novembro, no atual governo, o morador recebeu uma intimação da Agefis para demolir todas as edificações em 15 dias. Antes da data marcada da licitação para a construção de quarenta mil residências na região do Recanto das Emas, a empresa Mendes Júnior visitava a região visando ser a ganhadora da concorrência. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que estão sendo realizadas dezito audiências públicas e a de sábado será do Recanto das Emas e Riacho Fundo II. Passou-se a

palavra ao Sr. Leonardo Avaloni, da Associação dos Empregados do Lago. Ele expressou preocupação com as quadras 24 e 25, quanto ao trânsito e à segurança. A quadra 25 está localizada ao lado do Parque do Sagui e, se for construída garagem, a mata perderá água. O morador destacou a participação do Administrador do Lago Sul nos debates, um sinal de democracia. O Deputado Wellington Luiz, na condição de Relator, esclareceu que o projeto da LUOS não está finalizado. Exemplificou com a polêmica acerca do shopping, em que já houve manifestação contrária do Deputado Rôney Nemer. Passou-se a palavra à Sra. Stefânia Leão, Presidente da Associação do Núcleo Rural Vargem da Bênção. Ela alertou para a criação, na região do Parque das Bênções, de um setor habitacional para cento e vinte mil habitantes, crítico o programa eleitoral de distribuição de lotes e afirmou que estão construindo o aterro sanitário em cima de nascentes. O Deputado Wellington Luiz pediu que se focasse no Lago Sul, para que se pudesse ouvir a opinião sobre o que pode e o que não pode fazer na região. O Deputado Rôney Nemer orientou que os pedidos fossem protocolados, de preferência coletivamente, nas Comissões de mérito - CDESECTMAT e CAF. Passou-se a palavra à Sra. Paula Freitas, moradora do Lago Sul há trinta anos. Afirmou que o que se deseja é a manutenção do zoneamento original do Lago Sul, uma área residencial e não comercial; os moradores querem ser ouvidos, não querem técnicos nas pranchetas transformando a realidade. Passou-se a palavra à Sra. Fabiana de Assis Pinheiro, que afirmou o desejo de conter a perda de qualidade de vida. Os moradores não querem mais comércio. Demonstrou preocupação com a existência de projeções de uso institucional num local contaminado por duas áreas de proteção ambiental. Concedeu-se a palavra ao Sr. Márcio Brum, Presidente da Associação Comercial Empresarial do Lago Sul. Ele afirmou que houve inúmeras audiências públicas na construção da LUOS, das quais participou e havia poucas pessoas presentes. Comentou a necessidade de emendas parlamentares para a região e afirmou que as NGBs não atendem mais à necessidade dos moradores e devam à margem da lei oitenta por cento das atividades desenvolvidas no Lago Sul. O presidente da associação solicitou flexibilização dos usos e revitalização das comerciais existentes. E afirmou que um lote de cem mil metros quadrados na SMDB, antes destinado a hospital, foi vendido por uma bagatela, transformado em área comercial e deve virar um shopping gigantesco. Passou-se a palavra à Sra. Heloisa Prates Doyle, que perguntou se todas as padarias do Lago Sul estavam em vermelho no mapa e pediu esclarecimento sobre a destinação dos lotes, se a Câmara poderia propor emenda ao projeto. O Deputado Rôney Nemer informou que, quando for definir o uso, pode-se apresentar emenda para indicar que determinado uso está fora. O Sr. Rômulo Andrade prestou informações sobre os imóveis dentro de unidades de conservação. Se for criada unidade de conservação de uso restrito, em que não se pode fazer nada, o lote deverá ser desconstituído. Para a desconstituição de lote, pode-se ter uma requisição da comunidade, do Administrador Regional ou da Câmara, que seguirá um caminho distinto à tramitação da LUOS. O Administrador do Lago Sul informou que existe consenso no governo em respeitar as áreas do parque. Será feito o registro cartorial e delimitada toda a poligonal; as residências que estiverem dentro serão desconstituídas. Quanto às ciclovias, afirmou que tem sido discutido. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. José Veríssimo de Sena, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e passou a palavra ao Sr. João Eugênio Medeiros, morador da QI 7, conjunto 3. Ele afirmou que tem participado de todas as audiências; na última realizada, foram formados grupos para estudar assuntos que seriam mandados para a LUOS. Mas se surpreendeu ao perceber que a Sedhab não aceitou nada. O Deputado Rôney Nemer destacou a importância de documentar as solicitações, para evitar questionamentos quanto à constitucionalidade. As propostas de alteração precisam de respaldo da sociedade e embasamento técnico. E será necessário, antes da aprovação, debate com a Sedhab. O Deputado Cristiano Araújo reafirmou a importância de apresentar formalmente as sugestões na CAF e na CDESECTMAT. O Sr. Túlio Tamariní, morador do Lago Sul, comentou sobre a cor branca no mapa, que corresponde às áreas verdes. Havia um plano urbanístico, feito por Lúcio Costa, com jardins e parques de Burle Marx. Cada um tomou conta da área verde e, depois, a lei caiu e ficou um hiato. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que a lei foi declarada inconstitucional por vício de origem e não em razão do mérito. A iniciativa de lei sobre solo é do Executivo. O Sr. Rômulo Andrade esclareceu que a LUOS busca criar regras amplas e, depois, haverá outras leis para lidar de problemas específicos. Já existe regramento para utilização do espaço limítrofe ao lote de residência unifamiliar. O entendimento quanto ao Lago Sul é a permanência do uso exclusivamente residencial; quanto ao comércio, respeitar o que estava estabelecido, criando algumas possibilidades especiais. Por meio da compensação urbanística, pode haver alguns tipos de atividade na área residencial, com tempo determinado. O Deputado Rôney Nemer informou que tudo estava gravado e que haveria audiência pública toda terça, quinta-feira e sábado. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às 22h09. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente

Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Rôney Nemer, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESECTMAT

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 19/10/2013**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, na Faculdade da Terra, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESECTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários - CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças - CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que "aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências", tendo como objetos de debate as Regiões Administrativas do Recanto das Emas e do Riacho Fundo II. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e convidou para compor a Mesa o Terceiro-Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Aylton Gomes, e o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer. O Presidente da CAF informou

que a LUOS não cria novas áreas e passou a presidência da reunião ao Deputado Rôney Nemer, arquiteto urbanista. O Deputado Rôney Nemer informou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo diz onde e como pode acontecer algo. Exemplificou com a Avenida Ponte Alta e a Avenida Buriti, que seriam áreas de comércio e, em razão de uma política habitacional, considerada equivocada pelo Deputado, virou residência. Esta é o momento de debater e criticar, para que se possam propor emendas no momento da aprovação. O Deputado Robério Negreiros destacou a importância de discutir a LUOS e comentou sobre o problema dos alvarás; oitenta e oito por cento das construções das cidades, em média, estão sem alvará em razão da ausência de regulação em lei. Passou-se a palavra ao Sr. Rômulo Andrade, técnico e Subsecretário de Planejamento Urbano da Sedhab. afirmou que, no processo de elaboração do projeto de lei pelo Executivo, buscou-se ao máximo ouvir a população. Houve várias reuniões em diversas Administrações Regionais. O técnico comentou que, no Recanto das Emas e no Riacho Fundo II, há muitas atividades desenvolvidas nos lotes residenciais. Para não deixar as atividades na ilegalidade, inseriu-se um tipo específico caracterizado como residência obrigatória, que permite atividades econômicas. Serão permitidos pequenos comércio que não provoquem impacto ao vizinho. Ao longo de algumas vias do Recanto das Emas, permitiu-se comércio pouco mais pujante associando residência e comércio, graduando-se até alguns pontos da cidade com atividade comercial mais forte. O Recanto das Emas requer muito espaço para equipamento público, incluindo regionais de saúde e de ensino, Corpo de Bombeiros, delegacias. Na LUOS deixou-se aberta a possibilidade dos usos para equipamentos públicos. Também há áreas para uso institucional, em que um particular compra a área e pode fazer hospital, clínica etc. Mas o Poder Público pode requisitar a área para realizar serviço público. A área rosa do mapa corresponde às áreas com perfil mais industrial, caracterizadas mais ao longo da rodovia, para preservar as áreas residenciais. Com a LUOS, pretende-se que as regiões administrativas tenham cada vez mais independência econômica e que a população não precise se deslocar tanto para o Plano Piloto. Tornou-se cuidado de não ampliar muito os potenciais construtivos, pois já existe infraestrutura instalada. E na LUOS não se cria ou se desconstrói lote; o parcelamento de lote não é tratado na lei. O Sr. Rômulo Andrade ressaltou que padaria e confeitaria são consideradas atividade industrial, pois há transformação num bem. Na avenida central do Riacho Fundo II há lotes que podem ser comerciais, de serviço, para pequenas indústrias de transformação e também residenciais. Um aspecto diferenciado no Riacho Fundo II refere-se à existência de alguns lotes de habitação coletiva, não previstos originalmente no projeto da Vargem da Benção. No Riacho Fundo, os usos mais intensos – comerciais e industriais – são geralmente vinculados à rodovia. A lógica do Riacho Fundo não é muito diferente do Riacho Fundo II, nem da Vargem da Benção. O Deputado Rôney Nemer afirmou que a LUOS servirá para regularizar várias coisas da cidade, a exemplo do aumento do potencial construtivo. O Parlamentar defende o aumento do potencial construtivo em alguns locais, como nas avenidas comerciais. Já existem prédios com quatro pavimentos na avenida comercial do Recanto que precisam ser regularizados. Quanto à avenida Potiguar, considera que deve ser comercial, podendo haver residência. Há necessidade de área para igreja no Recanto. Passou-se a palavra ao Deputado Wellington Luiz, Relator da LUOS na Comissão de Assuntos Fundiários. O Parlamentar quer saber se a comunidade concorda ou não com o projeto do governo, para que se inclua no relatório o interesse da sociedade. A vontade da comunidade do Recanto das Emas e do Riacho Fundo II deve prevalecer. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. Isaias, representante da Deputada Eliana Pedrosa, e do Administrador do Recanto das Emas, Sr. Stênio Pinho. Passou-se a palavra ao Sr. Chagas Onoyama, Presidente da Associação das Prefeituras Comunitárias do Recanto das Emas. Ele cobrou a presença dos 24 Deputados e afirmou que a principal e mais antiga reivindicação dos moradores é o Hospital Regional do Recanto das Emas. O presidente da associação também cobrou os PECs (projetos de academia ao ar livre) e as praças públicas, em particular a praça da quadra 509, que tem projeto e recurso para construir, mas não foi tomada providência. O Deputado Rôney Nemer salientou que o intuito da audiência pública é defender o zoneamento da cidade, tratando de assuntos como local e quantidade de residências; afastamento frontal; quanto se pode construir; ocupação do lote. Passou-se a palavra ao Sr. Cristiano Pinheiro de Carvalho, representante do posto de gasolina situado no lote 19 da Área de Desenvolvimento Econômico na quadra 600, no conjunto 1. Ele afirmou que, no projeto da LUOS, esse lote consta como PAC 1, e solicitou a flexibilização do uso, com enquadramento como PAC 3, para que possam ser instalados banco, loja, farmácia, que atenderiam melhor à comunidade local. O Deputado Wellington Luiz orientou que o morador formalizasse a proposta na Comissão de Assuntos Fundiários. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. Sérgio, da Caesb, e passou a palavra ao Sr. Adilson, morador da 603, do Recanto das Emas. Ele disse que há grave problema quanto às igrejas, pois há muitas igrejas evangélicas e não há espaço para posto de saúde ou creche. Passou-se a palavra ao Sr. Francisco Jaramita, representante da Deputada Eliana Pedrosa. Ele expressou preocupação com os chacareiros e com as nascentes. Questionou o motivo de querer se retirar os chacareiros que moram no Recanto há muito tempo para a construção de prédio. Também perguntou sobre a cidade dos merinos, que está abandonada e não foi inaugurada. Passou-se a palavra ao Sr. José Raul Alkimin Leão. Ele criticou a forma como a Terracap tem feito a venda e as aberturas de registro público no DF. Esteve presente à audiência da LUOS no Lago Sul e comentou que o Dr. João Eugênio havia denunciado que os moradores do Lago Sul tinham uma reivindicação com trinta itens e que nenhum dos itens foi aprovado pela Codhab. Em seguida, perguntou o que os moradores estavam fazendo na audiência. Resaltou a importância ecológica do Recanto das Emas e criticou a proposta do governo de assentar milhares de famílias na área de produção rural entre o Recanto das Emas e Samambaia. Também criticou o fato de moradores serem tratados como invasores e receberem notificação de que as edificações serão demolidas num prazo de quinze dias. Concedeu-se a palavra à Sra. Elza Zaluski, advogada da Associação Vargem da Benção. Ela afirmou defender os direitos dos moradores chacareiros do Núcleo Rural Vargem da Benção

contra o ato abusivo do Governo do Distrito Federal em retomar aquelas áreas para implantar um setor habitacional. Questionou como mais 120 mil pessoas serão acomodadas na região se os equipamentos públicos não são suficientes para atender aos atuais moradores. Registrou que, na análise do EIA/RIMA da Vargem da Benção, o parecer da Caesb afirma que não há capacidade de abastecimento de água para o setor habitacional. Passou-se a palavra ao Sr. Ronaldo Martins, coordenador do movimento Riacho Legal. Ele destacou que o trabalho mais importante feito no Recanto das Emas foi o registro da cidade, que possibilitou as escrituras, a vinda de bancos e a criação de empregos. Atravessando para o outro lado da pista, no Riacho Fundo II, faltam delegacia, centro de saúde e comércio. O que a comunidade inteira reivindica é desenvolvimento, emprego. A população implantada desde 1995 merece dignidade e respeito. Passou-se a palavra ao Sr. Deusdete Ferreira Rodrigues, Presidente da Liga Desportiva do Recanto das Emas. Ele ressaltou a importância dos campos de futebol, que precisam de reforma, e a necessidade de investimento no futebol amador, que não tem recebido a devida atenção do Secretário Júlio. O Deputado Wellington Luiz, na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Combate às Drogas, afirmou a importância do esporte como um dos principais instrumentos de combate às drogas e sugeriu ao Sr. Deusdete que apresentasse na Comissão a relação dos campos para que os espaços sejam preservados para esporte. Concedeu-se a palavra ao Sr.

Manoel Batista Lopes Quinta, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Vargem da Benção. Ele comentou que, em dezembro do ano passado, a Agemis notificou os moradores com ordem demolitória, com prazo de quinze dias para que se retirassem. E agora a Sedhab oferece apartamento ou casa do Minha Casa, Minha Vida. A Vargem da Benção é uma região inclinada e muito sensível a habitações, que não suportaria 25 mil habitantes. O presidente da associação destacou a importância de manter os produtores rurais, que produzem alimentos e oferecem lazer à população. Passou-se a palavra à Sra. Stefânia Leão, Presidente da Associação do Núcleo Rural Vargem da Benção. Disse não ter entendido nada do mapa apresentado e não ter condições de fazer reivindicação. Pediu apoio dos Deputados para barrar as ações do governo de destruição dos corredores ecológicos. O Deputado Wellington Luiz admitiu que houve um equívoco, que os mapas deveriam estar com os moradores, e que a Câmara buscará disponibilizar os mapas aos moradores. A Sra. Stefânia Leão convidou a participar de comissão geral, a ser realizada na Câmara, em 24 de outubro, às 15 horas. O Deputado Robério Negreiros avisou que a CDESCMAT está no 1º andar e que o Secretário da Comissão, Sr. Fábio Fuzzeira, pode tirar dúvidas sobre o projeto. A Sra. Marlene de Sousa Alves, moradora do Recanto das Emas, disse que o que há na Vargem não são chacareiros e, sim, ponto de encontro de traficantes. Da área da 103 para lá as pessoas não conseguem passar com os filhos. O Sr. Francisco Dorlon, Presidente da Associação Comercial do Riacho Fundo II, sugeriu aos Deputados que conversassem com o povo. Na Vargem da Benção tem muitos produtores rurais, mas muita especulação também. No Riacho Fundo II, os moradores estão há quinze anos sem registro. Sugeriu que a Avenida 7/8, 15/14, fosse mantida como avenida comercial, e pediu que se verificasse a área em frente à 14 da Igreja católica, com quase 5 mil metros, assim como a área da Igreja Assembleia de Deus, na QCl/QC4. Propôs que a 5, a 12, a 9A, a 9B e a área que faz margem à BR-001 mantivessem lotes para o desenvolvimento econômico. O Deputado Wellington Luiz pediu que as sugestões fossem protocoladas na Comissão de Assuntos Fundiários. O Sr. Amaro Cesar Nunes, morador da Quadra 310, afirmou que o Recanto está abandonado e que o time profissional do Recanto das Emas foi vendido. O Recanto das Emas não tem time profissional na segunda divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol, falta incentivo ao esporte. O Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, morador e ex-líder comunitário do Recanto das Emas, diretor do Sindireta e da Federação das Organizações Comunitárias, reclamou da falta de estrutura no Riacho Fundo II, que impossibilita que a cidade tenha posto de gasolina, hospital, comércio legalizado ou agência dos Correios. E afirmou a necessidade de mais quadras de esporte e igrejas. A Sra. Rita Maria questionou o motivo de o alvará não sair e comentou sobre um abaixo-assinado para instalação de quebra-mola, que não foi construído. O Deputado Rôney Nemer buscou fazer uma síntese do que foi comentado. Sobre as PECs, o recurso já foi liberado para a Administração. No próximo ano, pretende-se fazer as praças de todas as quadras. Quanto à flexibilização para o PAC 3, há que se fazer pedido formal para que passe por análise técnica. O Deputado entende que igreja é bom, mas não em número excessivo. Afirmou-se que não há oficina nas quadras 800, mas existe ADE nas 800, 600, 400 e 200. Sobre a Vargem da Benção, afirmou ser contrário à ocupação com moradias, pois é um local com fragilidade ambiental. A licitação feita foi muito suspeita, com pessoas afirmando antecipadamente que iriam vencê-la. Afirmou que a Terracap só quer vender lotes e tomá-los dos chacareiros, que se preocupam com o meio ambiente, para entregá-los aos empresários para loteamento e venda. O governo está fazendo transporte para Santa Maria, Gama, Park Way e vai fazer para o vetor norte, Planaltina, mas o Recanto das Emas e o Riacho Fundo II não estão sendo contemplados com transporte de massa. O metrô passaria na faixa de domínio debaixo, mas cancelaram a passagem do metrô para transformar em habitação. Precisa-se de moradia, mas não feita dessa forma, transformando área de desenvolvimento econômico em área habitacional para ganhar voto, ou sobre córregos e nascentes. O Parlamentar afirmou que tentou, junto ao Governador e ao Vice-Governador, evitar a notificação na Vargem da Benção, que se conseguiu segurar por três meses, mas, depois, perdeu-se a batalha no nível político. Sobre uma área verde da antiga Granja das Oliveiras até a 101, 102, com aproximadamente 50 mil metros quadrados, sugeriu ao técnico da Sedhab que se pudesse trazer uma indústria não poluente para geração de emprego às famílias do Recanto das Emas. O Deputado se solidarizou com o problema mencionado das quadras de esporte e do futebol na cidade, e disse que pode agendar reunião com o Sr. Josafá, que é do PMDB e presidente da Liga. Sobre a avenida Potiguar, mostrou-se favorável a ser comercial, pois trata-se de uma das avenidas mais pujantes. Deve ser comercial, com a possibilidade de moradia em cima. Na avenida Recanto das Emas, precisa-se regularizar várias áreas que já estão com quatro pavimentos. Todos os lotes no Recanto das Emas têm água potável e não precisam mais da fossa; o pedido feito para o Recanto é que haja 100% de taxa de ocupação, zero de taxa de permeabilidade nos lotes residenciais. O Deputado Robério Negreiros ressaltou a importância de formalização das sugestões dos moradores e colocou a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à disposição de todos que tivessem alguma dúvida. O Deputado Wellington Luiz ressaltou o nível do debate realizado, que trouxe muitas informações úteis para o projeto. O Deputado Cristiano Araújo destacou a importância de envio das demandas por escrito, para que possam orientar a elaboração de emendas. O Deputado Ayrton Gomes parabenizou pelo trabalho e se colocou à disposição para atender ao cidadão. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às 16h27. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCMAT

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 22/10/2013.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez e nove horas, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no auditório da Administração Regional do Riacho Fundo, para a audiência

pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que "aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências", tendo como objeto de debate a Região Administrativa do Riacho Fundo. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência, desculpou-se pelo atraso e convidou para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer; o Relator da LUOS, Deputado Wellington Luiz; o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros; e o Administrador Regional do Riacho Fundo I, Sr. Artur Nogueira. O Deputado explicou que a LUOS trata da destinação de área e determinará onde pode haver habitação e comércio, onde estarão os equipamentos públicos. Ela também tratará do terceiro e quarto pavimentos, mas não trata de novos setores. Por meio da LUOS, pode-se proibir a instalação da indústria da reciclagem. Todas as reivindicações serão gravadas e levadas à Sedhab, e serão propostas emendas ao projeto. O Deputado Wellington Luiz afirmou que o projeto não está concluído e que cabe aos moradores apontar o que não estiver de acordo. Os Deputados precisam conhecer as necessidades dos moradores. O Deputado Robério Negreiros, ressaltou que oitenta e oito por cento do comércio do Distrito Federal não tem alvará, em razão da falta de legislação atualizada, e orientou aos moradores que protocolassem as reivindicações na CAF ou no CDECTMAT. O Deputado Rôney Nemer esclareceu sobre as cores dos mapas, indicando onde estavam as áreas de uso residencial exclusivo, habitação multifamiliar, comércio, uso institucional. O Deputado Cristiano Araújo passou a palavra ao Sr. Sinval Neves, que é da Comissão de Moradores do Riacho Fundo I. Ele afirmou que, na audiência pública realizada em 17 de setembro de 2012, foram apresentadas definições técnicas e propostas de enquadramento das áreas e quadras do Riacho Fundo I por técnicos da Sedhab. De forma geral, a comunidade aprovou a proposta. No entanto, quando houve o primeiro envio do projeto à Câmara, nada do que foi combinado na audiência havia sido alterado. Assim, a comunidade, por meio do movimento SOS Riacho Fundo, solicita aos Deputados que acatem o documento apresentado, em que estão indicadas modificações de algumas áreas. Ao acatar as propostas, irá se referendar o que está definido ao longo dos anos e se fará justiça com os que geram empregos. O Pastor Ranufo, da Igreja Batista da Vitória, pediu agilidade na questão dos quatro pavimentos, porque é difícil obter habite-se quando há três pavimentos. E a expansão do Riacho Fundo ocorre para cima. Comentou também sobre a dificuldade com os terrenos das Igrejas e a necessidade de regularização dos condomínios da Sucupira. O Deputado Cristiano Araújo lembrou que a LUOS não trata de questão fundiária, mas que os Deputados se empenham na regularização. A Sra. Luzia Lima, advogada e representante dos chacareiros do interior do parque, afirmou que eles são moradores do parque do Riacho Fundo, da época que Juscelino Kubitschek convidou japoneses para vir fazer hortas e criar animais no Distrito Federal. Existem seis chácaras dentro do parque, com famílias que não debaram que o local fosse invadido e loteado. A representante dos chacareiros disse que eles foram traídos e que a poligonal do parque passaria na avenida, em vez de passar na beira do córrego. Sem conhecimento ou anuência dos moradores, as chácaras ficaram dentro do limite do parque. Ela pediu apoio dos Parlamentares. O Deputado Cristiano Araújo informou que o Deputado Rôney Nemer esteve no Ibram para analisar o assunto e informou que os chacareiros podem contar com a CAF. O Sr. Mario Blanco, representante do Vice-Governador Tadeu Filippelli, comentou sobre a necessidade de correção dos setores que funcionam como comércio, mas ficaram de fora do projeto da LUOS. Solidarizou-se com as reivindicações dos chacareiros do parque e destacou a importância de regularização do setor habitacional Sucupira. Existe documento do Ibram informando a possibilidade de iniciar estudos para regularizar o setor habitacional. Na condição de prefeito da Sucupira, pediu aos Deputados e ao Administrador agilidade na regularização. A Sra. Taciene Oliveira Lopes, da QN1, comentou sobre a necessidade da área comercial da QN 1, que gera empregos e paga impostos, mas não está legalizada. A Sra. Maria Neusa Timóteo de Almeida, representante da Feira do Artesão do Riacho Fundo, pediu apoio para uma área definitiva para a feira e indicou a área atrás da biblioteca, destinada a um centro cultural. O Deputado Cristiano Araújo solicitou ao Administrador que confirmasse a destinação da área, para que, depois, pudesse consultar a Terracap sobre a cessão do terreno para a construção da feira. O Sr. Ademar Ferreira de Lima, empresário e morador da Avenida Sucupira, disse que tem comércio na Vila Sucupira e gostaria de transferir o alvará de funcionamento de agudanga para o Riacho Fundo. Pediu apoio para liberar a área. O Sr. Thiago Pinheiro, morador da QN 1, ressaltou a importância de regularizar o comércio do bairro da QN 1. O Sr. Antônio Dantas, Secretário-Geral da Associação de Micro e Pequenas Empresas, comentou sobre a importância da questão dos gabaritos, pois noventa por cento da cidade já é assim. O Sr. Ronaldo Martins reforçou a reivindicação da QN 1 e do pessoal da Sucupira. E comentou sobre os lotes compartilhados, que o governo colocou no período de 1995, 1996, onde os moradores não têm direito de fazer empréstimo bancário, por morarem na ilegalidade. O Deputado Cristiano Araújo informou ter alertado o Secretário Geraldo Magela sobre a criação de novas áreas já com documentação, enquanto as que existem há mais tempo não têm documento. O Sr. Milton Felício afirmou que há dificuldade na avenida Ipê, com intensa atividade comercial, pela falta de estacionamento. E comentou sobre a praça Ayrton Senna, localizada onde nasceu o Riacho Fundo. Os moradores pretendem transformar a área em frente à praça em área pública, mas foram surpreendidos com a proposta de construção de comércio, com lotes destinados para especulação imobiliária. A Deputada Celina Leão, membro da Comissão de Assuntos Fundiários, afirmou não entender o motivo pelo qual o governo fez audiência pública, mas não contemplou as reclamações da comunidade no projeto de lei. A dificuldade de votar a LUOS se dá pois o projeto contempla o governo, mas não a comunidade. A Parlamentar disse que recebeu um grupo para falar sobre as usinas, que é uma grande quebra. Numa audiência realizada em Samambaia, para tratar do Iboá, um técnico ressaltava que era o melhor lugar e que geraria emprego e renda. Um morador questionou por que, então, o governador não instalava no Lago Sul, ou Lago Norte, na Asa Sul, ou na Asa Norte. O Deputado Cristiano Araújo propôs a criação de uma emenda na qual, onde houvesse destinação para indústria, fosse vetada atividade industrial e se criasse atividade para atender à população. O Deputado Robério Negreiros sugeriu equipamento público, que abrangeria tudo. O Sr. José Brito destacou a importância de legalizar, além do quarto pavimento dos lotes comerciais, a área residencial. A Deputada Eliana Pedrosa informou que havia sido aprovado hoje, na CCJ, um projeto de autoria da Deputada, que possibilita que as construções com mais de cinco anos sem habite-se – em que houve,

portanto, omissão do Estado – recebam, através de um laudo de engenheiro que garanta a segurança da construção, o habite-se definitivo. A Deputada espera que muitos comércios e residências se regularizem com o projeto. A Sra. Deuseni Pereira de Barros, representante da comunidade Vale da Bênção, soube que os condomínios Fortaleza, Vitória Régia e Portal do Sol foram contemplados na votação do PDOT e quebrou-se do fato de os que moram há mais de quarenta anos no local não poderem ser contemplados. A Sra. Rosana Lúcia, moradora da QN 1, reclamou que os temas definidos em audiências públicas sumiram. Afirmou que já existem a Lei nº 757 e a Lei nº 817, desde 2008, permitindo o quarto pavimento no Riacho Fundo, mas não houve regulamentação. O Sr. Nelito Português, do conselho tutelar, afirmou que quem mora na Sucupira sofre com o abandono, o preconceito e o descaso do governo em atender às necessidades. E comentou sobre o fechamento de

uma escola pública na cidade, há dois anos. O prazo para a entrega da escola era de um ano, mas não houve informação do andamento da licitação. Informou que existem 900 crianças sem creche e que há apenas um colégio que atende à educação infantil. A Sra. Célia Nunes disse que, se o governo se propõe a ouvir a comunidade, esta precisa ser ouvida e ter as propostas cumpridas. Afirmou que as questões não entraram no PDOT e questionou a destinação da área em frente à QN 1, que era de preservação permanente. O Sr. Raimundo Monteiro, delegado do Conselho Tutelar do Orçamento Participativo, destacou a necessidade de regularização da Granja Modelo, da Sucupira. Sobre as creches, quatro foram aprovadas para 2012 e 2013, mas só saiu a escola infantil. O Sr. Severino Marcelino de Moraes, da Comissão SOS Riacho Fundo, corroborou o documento apresentado pelo Sr. Sinval, elaborado pela comunidade de forma geral. Ressaltou a luta para que uma área federal, uma área de preservação permanente com vegetação nativa e 19 nascentes, seja trazida para a cidade e possa promover o lazer. E comentou sobre a dificuldade de mobilidade urbana, em que se leva muito tempo para chegar ao trabalho. Se o governo tivesse feito a quarta via, haveria uma via exclusiva para os ônibus e outras três vias para se chegar ao trabalho sem atraso. A Sra. Edileuza Lima, Presidente da Associação dos Moradores do Riacho Fundo I, destacou que o governo deveria olhar mais para o comércio, não apenas o da avenida Central, e considerar a situação do esgoto na regularização. O Deputado Cristiano Araújo tentou sistematizar tudo o que foi falado e se comprometeu a levar respostas aos moradores. A maioria se manifestou pelo quarto pavimento. Sobre a regularização da Sucupira, a missão dos Deputados é buscar agilidade nos processos licitatórios. O Deputado Rôney Nemer afirmou que a LUOS tratará da área regularizada. Ele considera um equívoco, pois não dá para desconhecer a Sucupira e as outras áreas não regularizadas. E disse que não se pode aumentar indiscriminadamente o pavimento; é preciso embasamento em infraestrutura, senão o esgoto volta para dentro de casa. Será necessário um parecer da Caesb. Sobre o eventual aterramento de nascente no parque, sugeriu ao Deputado Robério Negreiros que se mandasse paralisar a obra, caso se comprove que o governo está aterrando. O Deputado Rôney Nemer considera positiva a política do governo de fazer parque, mas defende que os moradores possam permanecer no local. A Câmara está trabalhando para conseguir a licença para regularização do Sucupira. Sobre a feira atrás da biblioteca, o Deputado considera que o Riacho Fundo não comporta duas feiras permanentes e se deve encontrar uma solução. Sobre o alvará de funcionamento, a Câmara está para aprovar uma lei sobre autorização de funcionamento. Quanto à usina, tem que se limitar o uso do lote e aquele uso não será compatível. Sobre os lotes compartilhados, fez-se um grande pecado ao pegar um lote projetado e dividi-lo para as duas famílias. Não há legislação para resolver a situação, pois a legislação federal não permite e não pode ser criada lei local. O Deputado questionou se o documento entregue pelo Sr. Sinval estava com muitas assinaturas de moradores, pois as assinaturas dão segurança jurídica à emenda a ser aprovada. Sugeriu a provocação dos Deputados para incluir emenda para construção de

uma escola no próximo ano, pois há terrenos. O Deputado Robério Negreiros reforçou que o trabalho nas comissões de mérito – CAF e CDECTMAT – será em sintonia, para que haja rápida tramitação da demanda dos moradores. Afirmou que está de acordo com a proposta do quarto pavimento, que pode desenvolver a cidade, o comércio. A Deputada Eliana Pedrosa disse que o governo aumentou em 400% o custo com aluguéis, o que significa 60 milhões de reais a mais por ano; pela experiência na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, podem-se buscar os recursos para viabilizar o quarto pavimento sem que haja problema de esgoto. A Parlamentar destacou a necessidade de estudar o orçamento para viabilizar as propostas e afirmou que aprovou, com ajuda dos demais Parlamentares, emenda que torna o orçamento participativo de execução obrigatória. Mas o governo vetou e está na Câmara para decidir sobre o veto. Sobre a educação, o desafio aos técnicos é encontrar área que possa atender mais uma creche e mais uma escola de ensino médio. Na verdade, seriam necessárias dez creches em âmbito público. O Deputado Rôney Nemer destacou que é favorável ao quarto pavimento, considerado importante para o crescimento da cidade. Sobre as obras no parque, o Deputado Robério Negreiros orientou que os moradores tirassem fotos e protocolassem no CDECTMAT, para que se possa fazer representação no Ministério Público. A Deputada Celina Leão reforçou a importância da participação da comunidade e informou que as audiências públicas são requisitos para encaminhamento dos projetos da LUOS e do PPUB. Ressaltou que o governo é responsável e, se foi concedido alvará para construção do quarto pavimento, precisa-se dar a solução também. O esgoto também precisa ser resolvido. A Parlamentar afirmou que faria ofício da Comissão de Assuntos Sociais – CAS para cobrar providências quanto à escola, que ela era de lata e foi derrubada, mas teriam que imediatamente licitar nova construção. E disse que pediu a tramitação dos projetos na CAS, pois existem áreas não tombadas com patrimônio cultural, a exemplo do Núcleo Bandeirante e de Planaltina. Crítico o fato de áreas que, por não estarem regularizadas, não entraram na LUOS, e destacou a necessidade de fazer o debate qualificado com a comunidade, o que requer tempo. O Deputado Wellington Luiz afirmou que a audiência pública trouxe as informações de que os Deputados precisavam. Informou que incluiria no relatório o quarto pavimento e que os Deputados farão o que tecnicamente for possível; o que não for, serão criadas condições técnicas para atender. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que o grupo que está trabalhando diretamente na LUOS responderá sobre o que será acatado ou não, para que os moradores possam acompanhar tudo. O Deputado Washington Mesquita afirmou que o Deputado Cristiano Araújo fez o compromisso, na reunião da Comissão, de votar o projeto ainda neste ano, para evitar que, em ano de eleição e de Copa do Mundo, nada seja feito. O Deputado Cristiano Araújo agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às 21h32. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros Presidente da CDECTMAT	Deputado Cristiano Araújo Presidente da CAF
Deputado Rôney Nemer Presidente da CEOF	Deputado Wellington Luiz Relator da LUOS (CAF)

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24/10/2013.**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia,

Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no auditório do Centro de Ensino Médio 1, para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que “aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”, tendo a Região Administrativa de Brazlândia como objeto de debate. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e convidou para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros; o Relator da LUOS, Deputado Wellington Luiz; o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer; e o Chefe de Gabinete da Administração Regional. O Deputado esclareceu que a LUOS tratará da destinação do uso dos lotes da cidade, das áreas que serão habitacionais, comerciais ou industriais. O problema de comerciantes referentes a alvarás será elucidado pela lei. Os moradores poderão se manifestar e apresentar propostas, por meio do protocolo das reivindicações na CAF, que poderão ser incluídas em emendas parlamentares. O Deputado Robério Negreiros destacou a importância da participação dos moradores com o protocolo de demandas, que irão nortear o trabalho de aprimoramento do projeto por meio de emendas. O Deputado Wellington Luiz lamentou o fato de não haver muitas pessoas presentes, mas afirmou que o nível do debate se mede pela qualidade. Destacou que os moradores precisam informar do que precisam e, na condição de relator do projeto, quer fazer a vontade da comunidade. O Deputado Rôney Nemer informou que a Deputada Eliana Pedrosa não pôde comparecer, mas enviou equipe técnica. Sobre a LUOS, esclareceu que o objetivo é tratar a área urbana regularizada e indicou do que tratam as cores dos mapas. Explicou que o bairro Veredas foi projetado com um afastamento frontal para fazer fossa, pois não havia esgoto. Não podia ter ocupação de 100%. Atualmente existe esgoto e, então, pode-se mudar a taxa de ocupação, respeitando-se as regras de ventilação e conforto. Sobre o aumento do número de pessoas, comentou que o tubo, normalmente, de 100 mm, não suporta o aumento da produção de esgoto. E a água também pode ser um problema, pois muitas vezes não chega ao quarto pavimento por falta de pressão. O Sr. Francisco Ramalho, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Brazlândia – Acibráz, afirmou que a bandeira da associação é a área de desenvolvimento econômico. Brazlândia é a única cidade do DF que não tem área de desenvolvimento econômico. E disse que, em vez de os moradores de Brazlândia receberem royalties por terem 60% da água do DF, que sai dos mananciais da região, existe determinação da Caesb para a região não poder crescer. Vive-se no meio da Área de Proteção Ambiental do Descoberto e os empresários que não produzem desenvolvimento sustentável. Outra reivindicação da associação é o terceiro pavimento. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que o terceiro pavimento será analisado dentro dessa lei. Já quanto à ADE, não é tratada especificamente na LUOS, mas a bancada do PMDB pode contribuir com a luta pela área de desenvolvimento econômico. O Deputado Wellington Luiz destacou a importância de protocolar a demanda da associação na Comissão de Assuntos Fundiários e se manifestou favorável ao terceiro pavimento e à área de desenvolvimento econômico. O Deputado Robério Negreiros informou que o Administrador disse que entre a Quadra 10 e 12 funciona a Associação dos Carroceiros, e o terreno é da Terracap. No projeto de lei tem uma nomenclatura CS2-3, justamente o local onde se pode construir shopping. O Sr. Valdo do Espírito Santo, Diretor Comercial da Associação Comercial de Brazlândia, afirmou que Brazlândia é uma cidade-dormitório, filha pobre do GDF não contemplada pelo Pró-DF. Existe potencial para crescer, mas os empresários trabalham aos trancos e barrancos, levando muitas. Comentou sobre o problema na área comercial principal de Brazlândia, onde fica a igreja. Foi destinado um beco a uma residência onde era área de ventilação do prédio comercial. Para o comércio, o diretor da associação propôs a implantação do quarto pavimento. Sobre o Pró-DF, afirmou que existe área própria do governo e que não há impedimento para a implantação do programa em Brazlândia. O Deputado Cristiano Araújo cumprimentou o Sr. Valdo do Espírito Santo, Diretor Comercial da Associação Comercial de Brazlândia; o Sr. Francisco William Ramalho; a Sra. Vera Lucia de Souza Ferreira; a Sra. Eliene Rodrigues Pimentel, Presidente da Associação de Assentamento; e o Sr. Lauro dos Santos Correa, da Associação dos Produtores. O Sr. Francisco das Chagas afirmou que em Brazlândia há falta de circulação de dinheiro e que a região precisa de um setor de mansões. O Sr. José Vadson Ramos, representante da Administração Regional, disse que, de fato, são necessárias mudanças, e, se houver boa vontade política, pode-se sair com resultado positivo. O Sr. Damião Miguel, diretor do Blog do GBU e morador do assentamento, afirmou que Brazlândia tem 780 cadastros de empresas registradas, com CNPJ, mas não são dadas condições necessárias a elas. Existe o tormento do alvará. Expressou preocupação com a situação, que provoca perda de receita pela cidade, perda ao trabalhador e ao empresário, que acaba indo para Goiás. O morador se queixou da falta de informação sobre a realização da audiência, as associações foram pouco informadas. O Deputado Robério Negreiros afirmou que os documentos informando sobre as audiências às Administrações Regionais foram assinados e o próprio governo deveria entregá-los. Mas a Coordenação de Assuntos Parlamentares informou que não faria a entrega e o informe tem sido enviado por e-mail. A divulgação cabe ao Executivo, mas não tem sido feita. O Deputado Cristiano Araújo informou que estão presentes três Presidentes de Comissões e o Relator do projeto de lei para ouvirem a comunidade. Muitas vezes nem 30% das reivindicações da comunidade são atendidas pelo governo. O Sr. Claudinei Barbosa Rocha, representante dos moradores de Brazlândia, se queixou da falta de local para diversão. Propôs a revitalização do balneário, local muito frequentado alguns anos antes e que ficou totalmente abandonado. O Sr. Tolando Almeida, suplente de Deputado Distrital, disse que, em reunião com empresários da região, foi questionado o motivo de não se poder construir o subsolo. A maioria dos estabelecimentos comerciais e residenciais de Brazlândia, cerca de 90%, é irregular. A segunda cidade mais antiga do Distrito Federal não tem desenvolvimento, e precisa crescer, gerar emprego e qualidade de vida. O Deputado Cristiano Araújo informou que o Governador Agnelo acabou de ligar para dizer que as obras do balneário começam em novembro. A Sra. Eliene Rodrigues Pimentel, Presidente da ASHE, disse que Brazlândia precisa de um polo de artesanato e de ações voltadas aos jovens. O Sr. José Vadson Ramos informou que, a partir do início do mês, será feito o cadastramento de toda a expansão da Vila São José, das quadras 45 e 48, da 55 até a 58, e também o cadastramento do Setor de Oficinas, para que se possa, em até noventa dias, emitir a documentação. A preocupação do Governador é regularizar os lotes entregues. O Sr. Valmir Reinaldo, representante do Conselho de Segurança de Brazlândia, falou sobre a importância da prevenção de acidentes. Todo final de semana há morte na rodovia BR de Brazlândia. Em todo o DF, a única BR que não é duplicada é a de Brazlândia. E se queixou do transporte na região, que não tem organização nem fiscalização. Foi formado um comitê de transporte formado apenas por empresários, que não têm interesse em transportar as pessoas. A Deputada Celina Leão afirmou que no PDOT Brazlândia tem uso urbano controlado, o que precisa ser refletido na LUOS, pois a região possui grande potencial ecológico. A região é fundamental para o abastecimento e para a qualidade de vida de todo o DF. O Sr. Luiz Carlos reclamou da ausência de faculdade e do problema de os filhos terem que estudar fora e chegar tarde. E destacou a necessidade de qualificação dos jovens e da necessidade de apoio ao trabalho de resgate dos idosos realizado pela Irmã Ilze, do Setor Tradicional, e pelo Centro de Desenvolvimento Social. O Deputado Cristiano Araújo disse que, na faixa azul do

mapa, existem áreas para equipamentos públicos, que podem ser escolas e faculdades públicas. O Deputado Wellington Luiz destacou que o papel dos Parlamentares é garantir a área para ocupação da faculdade, mas a construção depende da mobilização da sociedade e da vontade do governo. A Sra. Rosane Cristina, Presidente da Associação Pró-Descoberto, ressaltou a importância de ampla divulgação, com antecedência, de eventos como a audiência pública realizada. Afirmou que a vocação de Brazlândia é rural e não dá para discutir o rural separadamente do urbano. A presidente da associação disse que o Canaã está sendo construído sobre nascentes, fato já denunciado ao Ministério Público. Fez apelo para que o rural seja visto também, o produtor rural não tem condições de sobrevivência e sofre com a regra Impeditiva da Instrução Normativa 01 de 1998. Por fim, criticou o fato de não ter área para construção de creche e faculdade, mas ter sido construído um Caje – Centro de Atendimento Juvenil Especializado. O Deputado Cristiano Araújo registrou a presença de Maria das Graças M. de Oliveira, diretora da Sedhab; e Débora Mota, arquiteta urbanista. Afirmou que a questão do Caje foi polêmica e preferia que houvesse uma escola técnica. Ressaltou que as áreas azuis são para escolas e faculdade, privadas ou não. O Sr. Lauro dos Santos Correa, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Reserva A, pediu aos Parlamentares que fizessem leis mais flexíveis; as normas que engessam são um convite à transgressão. Afirmou que o uso tem que ser mesmo controlado, conforme previsto no PDOT. O que falta para Brazlândia são projetos sustentáveis e investimentos. A Deputada Celina Leão destacou a importância de a comunidade acessar o mapa e enviar e-mail aos Deputados com as sugestões. Os Parlamentares precisam das informações dos moradores para analisar o que está correto e o que falta na região. A Deputada afirmou que talvez tivesse que se pensar num preço diferenciado de água e esgoto para Brazlândia, como benefício a uma cidade provedora de água para todo o DF. O Deputado Rôney Nemer disse que o fiscal da Agelins tem fama de vilão, mas são iguais aos oficiais de justiça, eles têm que notificar. O pedido vem da Administração, da Secretaria, ou do vizinho; o Ministério Público ou a Justiça cobra. O fiscal é responsável por determinada região, e, se acontecer algo ali e ele não tiver agido, pode perder o emprego. Sobre a ADE, o Parlamentar disse que o Riacho Fundo II também não tem. No Gama, deram a ADE, mas não pode ser implantada em razão da fragilidade ambiental da área. Disse que a cidade precisa de desenvolvimento e não pode ter dono. Em Brazlândia, não se deixou colocar taxa para avisar sobre a audiência pública. O Parlamentar defendeu o terceiro pavimento para a cidade toda. Disse que fez projeto de lei para transformar a Festa do Mojangó numa festa de Brasília, incluída no calendário oficial para receber recurso público. Discorreu quanto à proposta de benefício de não pagamento do esgoto, pois é caro o sistema de tratamento de esgoto. Mas salientou que nem toda a água consumida é tratada no esgoto e o preço poderia, portanto, ser diferente; informou que o Deputado Robério Negreiros tem projeto de lei a respeito do tema. O Deputado Rôney Nemer considera absurda a ocupação dos becos, tanto comercial como residencial, e acha positiva a proposta do setor de mansões. Sobre a dificuldade de alvará, informou que existe um projeto de lei que cria uma autorização de instalação, uma autorização de funcionamento para as áreas não regularizadas. Sobre o subsolo, já grande

dificuldade em razão de o lençol freático ser muito superficial. Destacou que no Plano Piloto tudo está irregular, até os Ministérios não têm habite-se; tudo é muito arcaico e precisa de atualização. Acatou a proposta do Polo de Artesanato e provocou os demais Parlamentares a elaborar emenda para construção do polo. O Parlamentar concordou com a proposta de verticalização, em vez de horizontalização, mas discordou da proposta de flexibilização da norma. Por fim, reconheceu a falha da Câmara na baixa divulgação da audiência pública junto aos moradores. O Deputado Wellington Luiz se solidarizou com a questão do Caje. Ele era Secretário de Regularização de Condomínios à época e não se lembra de ter um único morador favorável à instalação do Caje; mas o governo ignorou esse fato. Destacou a participação efetiva dos presentes à audiência, o que contribuirá para fazer uma lei que atenda à comunidade. O Deputado Cristiano Araújo informou que as emendas podem ser protocoladas até 30 de novembro e sugeriu que o exposto na audiência fosse formalizado na Câmara Legislativa, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e na Comissão de Assuntos Fundiários. O Parlamentar encerrou a audiência pública às 20h53. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCTMAT

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 26/10/2013**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, na Escola Classe 104, para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que “aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”, tendo como objetos de debate as Administrações de São Sebastião e do Jardim Botânico. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e convidou para compor a Mesa o Deputado Rôney Nemer, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e o Relator do projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, Deputado Wellington Luiz. O Deputado Cristiano Araújo esclareceu que a LUOS organizará a destinação das áreas e o potencial construtivo, e regularizará as leis que tratam dos alvarás de funcionamento. A LUOS complementar a lei de regularização e definirá os locais atribuídos a creche, escola, hospital, faculdade, delegacia, Igreja e comércio. A lei norteará o crescimento da cidade nos próximos dez anos. O Deputado convidou para a Mesa o Administrador Regional. E ressaltou a importância de os moradores protocolarem as solicitações na Câmara Legislativa, na Comissão de Assuntos Fundiários, no

primeiro andar. O Deputado Wellington Luiz, Relator do projeto, afirmou que se trata de ótima oportunidade para a comunidade de São Sebastião dizer o que precisa, de forma objetiva. O Parlamentar afirmou que, se houver diferença entre o interesse do governo e o da sociedade, prevalecerá o da sociedade. O Deputado Rôney Nemer informou que quatro Deputados estão trabalhando no projeto de lei - ele, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Robério Negreiros - e que espera que o projeto seja aprovado pelos 24 Parlamentares. O Deputado disse que sempre trabalhou na área de desenvolvimento urbano e que São Sebastião é uma área de fragilidade ambiental muito grande. Em boa parte da cidade há problema para retirar alvará e o Parlamentar entende que a LUOS tem que regularizar para que todos possam obter o alvará. Na LUOS e numa lei a ser aprovada na Câmara daqui a quinze dias, serão dadas condições ao governo e à administração para emitir os alvarás de construção. Sobre as cores do mapa, o verde é residencial; amarelo claro, residencial em que pode um comércio de pequeno porte; amarelo mais forte, ao longo das vias entre bairros ou entre quadras, em que pode comércio mais pujante; azul escuro, equipamento público do governo; azul claro, equipamento público que pode ser particular; marrom escuro, nas vias principais, comércio de médio porte. Sobre rede de esgoto e de água potável, tem que se verificar se há largura suficiente para receber e levar para tratamento, e os canos de água precisam de pressão suficiente. Na época da construção de São Sebastião, fez-se o afastamento frontal obrigatório para a fossa. Atualmente, não é mais necessário e se pode diminuir o afastamento para produzir maior taxa de ocupação. O Deputado Wellington Luiz ressaltou que o projeto de lei é passível de mudanças, obedecendo aos critérios legais. O Sr. Alan Carlos B. de Sousa, representante do Conselho Regional de Contabilidade, comentou que se tem grande dificuldade de abrir empresas e propôs que a LUOS seja definida por grau de risco, em vez da definição por

atividade. O Sr. Renato Lima, representante do Posto BR, falou sobre um posto de combustível na avenida Comercial, no Lote nº 1.601. Ele acredita ter havido um erro técnico, pois ele não foi classificado como posto de gasolina. Pediu apoio para que se corrija a injustiça, pois para toda a cidade só estão previstos dois postos de combustível. O Deputado Rôney Nemer convidou para a Mesa o Deputado Agaciel Maia, Vice-Presidente da Câmara Legislativa. O Sr. José Bonifácio, representante do Conselho Regional de Contabilidade, afirmou que, quando a LUOS especifica as atividades que poderão funcionar em determinado local, dando nome às atividades, pode estar cometendo um erro do passado. Quando surgirem novas atividades, elas ficarão irregulares. A posição do Conselho de Contabilidade é pela atribuição de grau de risco às localidades. Na condição de cidadão, sugeriu que se permitisse comércio nas áreas verdes indicadas no mapa. O Deputado Cristiano Araújo convidou para compor a Mesa o Deputado Robério Negreiros, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. O Deputado Agaciel Maia afirmou que a proposta do Executivo visa muito mais a atender a interesses econômicos de construtoras do que a classe pobre, e precisa de muitas correções. E expressou a preocupação com a informação do Ministério Público de que todas as emendas apresentadas pelos Parlamentares serão consideradas inconstitucionais. Afirmou que, antes de se pensar em construir dois novos setores habitacionais em São Sebastião, teria que se começar a fazer um hospital, pensar na infraestrutura. O Parlamentar defendeu os mais pobres e sugeriu que eles se levantassem contra as injustiças. O Deputado Rôney Nemer reforçou a preocupação com o fato de a Câmara Legislativa não poder apresentar emenda. É preciso que os moradores protocolem os pedidos feitos, para que se possa fazer consulta à Caesb, à CEB e à Novacap. Com a resposta das três concessionárias de serviços públicos, a emenda estará embasada tecnicamente. Segundo o Parlamentar, antes as leis eram consideradas inconstitucionais não no mérito, mas na origem. Atualmente, o trabalho é diferenciado e a Câmara está buscando a demanda dos moradores por escrito. O Deputado Wellington Luiz afirmou que, caso o governo não aceite emendar as propostas feitas pela comunidade por meio dos Parlamentares, o projeto não será aprovado. O Sr. Orlando Alves de Jesus, do Instituto Colmeia, afirmou que, apesar de São Sebastião ser um celeiro cultural, ainda não possui polo cultural. Solicitou que o polo seja incluído na proposta. E afirmou que existem diversas entidades sociais com mais de vinte anos de existência que precisam de área. Existem bairros antigos que estão esquecidos, como o Itaipu, Del Rey e quadra 12 do Morro Azul. Por fim, reclamou da situação do esgoto, que ocorre pela rua. O Deputado Robério Negreiros ressaltou o empenho do Administrador-Jocélio na divulgação da audiência pública e afirmou que mais de oitenta e oito por cento do comércio está sem alvará por falta de regularização e lei. O Parlamentar concorda com os argumentos do Deputado Rôney Nemer de que as emendas embasadas, em prol da comunidade, não serão derrubadas pelo Ministério Público e pela Justiça. O Sr. Júnior Carvalho, Presidente da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de São Sebastião, afirmou que se vive numa cidade que existe de fato, mas não de direito; o documento até hoje é a cessão de direitos. Levantou a questão da Orlaria NF, que está instalada desde a década de 70, de onde não dá mais para retirar argila. Querem transformar a área em faculdade ou shopping, uma necessidade da região. O presidente da associação pediu que a LUOS respeite a ocupação já existente dos estabelecimentos comerciais da cidade. O Sr. Abmael Chocolate destacou a importância da regularização de São Sebastião. Afirmou que a cidade é um curral eleitoral, com autoridades desinteressadas pelos problemas, e que precisa de um representante dentro de São Sebastião. Segundo o morador, o que se conseguiu em São Sebastião foi no governo Cristovam Buarque e que, desde então, não houve nada mais além de promessas. O Pastor Cláudio, representante da Igreja Atalaia, questionou sobre a situação das igrejas evangélicas na cidade, pois a maioria paga aluguel e fica em um setor no meio das residências, nos cantos. O pastor questionou se havia área destinada às igrejas. O Deputado Wellington Luiz disse que se tem dado prioridade às igrejas, por entenderem que a fé é fundamental. O Sr. Delim da Silva, do Instituto Sonho de Criança, disse ser do grupo Avante, que trabalha forte no bosque do Bela Vista. Questionou a cobrança da Caesb onde o esgoto é a céu aberto. Afirmou que há problema de gangue e drogas na cidade e destacou a necessidade do centro cultural do esporte. Solicitou área para as instituições como Sonho de Criança, Instituto Acesso e Casa de Cultura. A Sra. Brândula Costa, da Instituição Sonho de Criança, afirmou que o Instituto acomoda cem crianças e que, se houvesse uma área destinada, poderia acomodar muito mais. A Sra. Marinalva Cajado dos Santos, Diretora do Instituto Sonho de Criança, reforçou a necessidade de uma área para desenvolver o trabalho da entidade. E afirmou a importância de colocar as crianças para praticar esporte, única fonte segura para tirar os filhos da marginalidade. O Sr. Gilberto Pereira, da Associação Comercial de São Sebastião, criticou a forma de divulgação da audiência para debater um projeto que interfere na vida das pessoas. Segundo ele, o GDF e a Câmara Legislativa deveriam divulgar todas as audiências públicas nos telejornais, em horário nobre, nas redes sociais e nas mídias alternativas. Por isso, a Câmara Legislativa é criticada, Deputado dá volta na Terra com combustível e cai no descrédito. Disse que, na época do anteprojeto da LUOS, os técnicos ouviram os moradores, mas nada foi atendido. E pediu a revisão das atividades na área amarela, pois pobre anda a pé e quer comprar perto de casa. O Deputado Cristiano Araújo pediu que a Associação Comercial fizesse e enviasse levantamento sobre as áreas comerciais. O Deputado Wellington Luiz afirmou que os Parlamentares estão emvergonhados pela má divulgação das audiências públicas. E acrescentou que, além da falta de divulgação, houve um boicote, o que prejudicou a comunidade. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que existem, todo ano, 30 milhões para gasto com mídia de publicidade. Ele, os Deputados

Wellington Luiz, Rôney Nemer e Robério Negreiros assinaram um documento, solicitando à Presidência da Câmara Legislativa que promovesse a divulgação, inclusive nas grandes redes, nas rádios comunitárias e nos jornais comunitários. O Parlamentar ainda acrescentou que, quanto maior o nível de detalhamento de informação dado pelos moradores, melhor para embasar as emendas. O Deputado Robério Negreiros disse que a decisão de divulgação cabe à Mesa Diretora da Câmara Legislativa, da qual não fazem parte. O Deputado Rôney Nemer afirmou que o Sr. Gilberto foi infeliz ao afirmar sobre o gasto de combustíveis. O Parlamentar afirmou ser um dos que mais gasta combustível, pois roda quase 500 quilômetros no sábado e no domingo e participa de audiências junto com assessores. A verba indenizatória é para o mandato parlamentar e não apenas para uso do próprio Deputado. O Sr. Paulo Ribeiro comentou que o Pró-DF está cheio de residências, mas o mapa só prevê indústria e comércio, e questionou se não haveria grave erro ao querer implantar uma coisa diferente do que já está hoje. E disse que São Sebastião é renegada, pois todas as cidades possuem edifícios de até dezito andares, mas na região a construção mais alta é de três pavimentos; em alguns casos, de quatro pavimentos. Também destacou a necessidade de fazer primeiro a infraestrutura. O Deputado Rôney Nemer disse que, enquanto não há regularização, faz-se a lei que dá tranquilidade às famílias e aos empresários. A Sra. Irene criticou a falta de divulgação e a dificuldade de um pobre conseguir casa própria, pois se exige que ganhe mais de dez salários mínimos. Comentou sobre o genocídio dos jovens e da necessidade de políticas públicas que mudem a situação deles. O Sr. Saulo Dias afirmou que o projeto não contempla os bares, boates e clubes de São Sebastião. Acredita que não contempla o setor de oficinas e precisaria considerar o setor de lanterneiros, serralheiros e marceneiros. O Pró-DF precisa ser revisito, pois atualmente é um setor de moradias. Sobre a regularização, informou que houve audiência pública e o Sr. Geraldo Magela anunciou que, em quinze dias, após a reivindicação da comunidade, haveria um posto avançado de regularização da Cochab, na Administração Regional, em São Sebastião. O Sr. Sebastião, prefeito comunitário do Residencial do Bosque, afirmou que o residencial estava ficando privado de uma área para oficinas públicas; a Caesb ocupou uma área com mais de 30 hectares e imprensou o Bosque ao parque ecológico. A prefeitura comunitária do Bosque apresentou um projeto para que a lateral do Bosque fosse ocupada pelas entidades sérias de São Sebastião, por igrejas e pelos movimentos culturais. Por fim, o prefeito comunitário sugeriu que o governo buscasse as entidades sérias para o diálogo. O Sr. José Domingos Ferreira Dutra, da ONG Chuteira de Ouro, falou do problema de marginalidade na região e da necessidade de áreas de lazer. A área onde a entidade ensina os garotos a jogar futebol está incompatível, existe um lixo no estacionamento, onde a própria Administração joga lixo. Pediu que a área permanecesse para esporte e que fossem feitas melhorias. O Sr. Joel Câmara questionou o andamento do projeto para a construção do hospital de São Sebastião. O Deputado Wellington Luiz disse que não faz parte da LUOS e que a questão deveria ser feita ao Executivo. O Sr. Wilson Mesquita, do Conselho de Saúde de São Sebastião, expressou preocupação com uma pequena área, de cor laranja no mapa, onde está escrito "área sem uso de ocupação do solo", mas que engloba um bairro inteiro, como o Vila do Boa. O morador disse participar, desde 2004, do último PDOT e que grande parte do que foi colocado pela população não foi respeitado. Comentou que, em São Sebastião, dos quinze postos de saúde da família, oito estão em casas particulares e já houve, inclusive, caso de despejo. Sugeriu a previsão, na lei de uso e ocupação do solo, de espaços para os postos de saúde da família, espaços para pré-escola e para mais um colégio de ensino médio. O Deputado Rôney Nemer afirmou que, em São Sebastião e em outras cidades, algumas áreas ficaram de fora do estudo e os Parlamentares estão cobrando resposta da Sedhab. O Sr. Eliseu Cristiano, Presidente da Liga Amadora Desportiva de São Sebastião, pediu preservação do espaço para o esporte amador, solicitou mais um campo sintético, que estava previsto, e o estádio de São Sebastião. O Sr. Joaquim Batista, Presidente do PR, diretor de São Sebastião, destacou a necessidade de regularização da cidade, que já possui mais de 100 mil moradores. Também afirmou a necessidade de duplicação da via, de cemitério e de área de esporte, lazer e cultura. A Sra. Luciene Cordeiro, moradora do Morro Azul, chamou atenção para o horário da audiência pública, que foi muito questionado na cidade, e para a falta de divulgação. A moradora reivindicou escolas para o Morro Azul e hospital para São Sebastião. O Sr. Gutemberg Carvalho disse que, atualmente, São Sebastião se resume a duas situações: violência e desordem. Um dos pontos defendidos é a inclusão do bairro Vila do Boa na poligonal de São Sebastião. Pediu que não limitassem a discussão ao pavimento, à avenida comercial e à avenida São Sebastião, pois existe Vila do Boa, quadra 2 do Morro Azul, Pró-DF, quadra 10, Residencial Vitória; Bela Vista; Morro da Cruz. Comentou que ninguém falou da área rural e solicitou pelo menos mais duas audiências públicas em São Sebastião. O Sr. Luis Figueira, Presidente do PSB de São Sebastião e membro do Conselho de Saúde de São Sebastião, expressou preocupação com a expansão da cidade sem planejamento, e com a mobilidade. E ressaltou a importância de duplicar da DF-463, onde, em menos de um mês, três pessoas morreram. Sobre a saúde, disse que os PSFs funcionam de forma precária desde 1995. O Sr. Florêncio, presidente do bairro Bela Vista e presidente do Conselho de Saúde de São Sebastião, disse que o Bela Vista é um bairro esquecido, que precisa de esgoto e asfalto. Existe uma situação de calamidade na área da saúde e a comunidade clama pela construção do hospital. O Deputado Cristiano Araújo destacou a importância de a regularização ocorrer paralelamente à LUOS. Sobre o anseio da população por creches e hospitais, afirmou que a LUOS contempla os equipamentos públicos. Na Vila do Boa, precisa-se verificar a linha de ônibus e o asfalto. É necessário infraestrutura no Morro da Cruz, no Bela Vista e no Vila Nova. O Parlamentar destacou a importância do lazer e do polo de cultura, e a necessidade de duplicação da avenida. Afirmou que a Comissão de Assuntos Fundiários estava aberta para receber as reivindicações por escrito. O Deputado Rôney Nemer disse que toda cidade merece ter um hospital, mas algumas cidades, como Riacho Fundo II, Recanto das Emas e São Sebastião, não têm. A construção de hospital faz parte da política de governo, tem que construir e colocar equipe para atender à população com qualidade. Sobre os doze pavimentos, o Parlamentar comentou que existe a questão do cone de aproximação do aeroporto, além da fragilidade ambiental. A proposta precisa de análise dos órgãos técnicos que tratam de trânsito e de esgoto, para afirmar se há possibilidade de doze, vinte pavimentos. Ressaltou que se deve sempre priorizar a qualidade de vida. O Deputado Wellington Luiz ressaltou que a desapropriação do prédio de doze andares se dá em razão de a Caesb e a CEB não autorizarem, e não em razão de os Deputados não desejarem a aprovação. O Sr. Joel Câmara disse que existe estudo para a construção de doze andares. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença e encerrou a audiência pública às 12h43. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecológico citado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCTMAT

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 29/10/2013.**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no auditório da Administração Regional de Taguatinga, para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo como objetos de debate as Regiões Administrativas de Taguatinga e de Vicente Pires. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e esclareceu que a Lei de Uso e Ocupação do Solo regulará, pelos próximos dez anos, o crescimento das cidades, definindo o potencial construtivo e os terrenos destinados a habitação e moradia, comércio e equipamentos públicos. A lei não cria novas áreas, apenas discrimina os usos no mapa. Com a lei, haverá segurança para a concessão dos alvarás. A Deputada Eliana Pedrosa comentou a importância de os moradores sanarem as dívidas e apresentarem o que desejam para a região. O que for dito será registrado em ata e possibilitará aos Deputados propor alterações da lei. O Deputado Roberto Negreiros, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, disse que os Parlamentares estavam à disposição para ouvir a comunidade e que a LUOS definirá todo o desenvolvimento da cidade e regularizará a situação dos alvarás. O que for necessário para corrigir ou modificar qualquer item do projeto de lei será feito em conjunto, com todos os Parlamentares das Comissões. O Deputado Cristiano Araújo afirmou ser importante que os moradores façam o pedido por escrito na Câmara, o que possibilitará a resposta sobre a possibilidade de atender à solicitação. O Deputado Wellington Luiz parabenizou a população de Taguatinga pela presença maciça e destacou que a proposta do Executivo não está acabada e a população precisa se manifestar sobre os pontos com que concorda ou discorda. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença do Sr. Rômulo, Subsecretário da Sedhab e coordenador de todo o processo da LUOS; do Sr. Sérgio, técnico da Caesb; e do Sr. Tácio, representante da Novacap. O Parlamentar explicou o significado das cores no mapa; o amarelo, que predomina, corresponde a residência unifamiliar, mas admite comércio que não cause incômodo; o amarelo mais escuro refere-se a comércio um pouco maior, que permite várias atividades no mesmo lote; o marrom com uso obrigatório residencial, habitação unifamiliar ou multifamiliar em tipologia de apartamento; verde claro, Setor de Mansões de Taguatinga; verde escuro, com habitação unifamiliar ou multifamiliar; azul claro, institucional, com possibilidade de ser de particular; azul escuro, institucional onde o governo presta serviço à comunidade; roxo, setor de indústria de grande porte, comercial, prestação de serviços, industrial ou institucional; preto, para posto de abastecimento e combustível; vermelho, para comércio intermediário ou prestação de serviços, institucional ou industrial. O Deputado Rôney Nemer cumprimentou o Sr. Carlos Alberto Jales, Administrador Regional de Taguatinga, e afirmou a importância, além da definição das atividades, do gabarito, do limite de altura permitido. Também destacou que, no envio do projeto para a Câmara, o governo não atendeu alguns pedidos da comunidade;

para a Câmara atender, serão necessários embasamento técnico e os pedidos formalizados dos moradores. Sobre a não inclusão de Vicente Pires na LUOS, o Deputado comentou que, por decisão do Executivo, o projeto considera apenas as áreas regularizadas. Mas Vicente Pires é uma realidade e a Câmara Legislativa discorda da consideração apenas das áreas regularizadas. O Sr. Carlos Alberto Jales, Administrador Regional de Taguatinga, ressaltou a importância do tema debatido e afirmou que seu papel seria de ouvir e tentar executar. O Deputado Cristiano Araújo justificou a ausência do Deputado Washington Mesquita, que estava em outro compromisso agendado, e afirmou que ouviriam as reivindicações de Taguatinga e de Vicente Pires, com prioridade para Taguatinga. O Sr. Justo Magalhães, representante da Associação Comercial, afirmou que Taguatinga é uma cidade pronta e mal acabada, que não pode crescer mais da forma como está crescendo, pois não tem espaço para comportar tantas edificações verticais. Tem que se fazer uma cidade bela e humana, com vida comercial pujante e calçadas. O representante da associação disse que crescimento não é desenvolvimento; o crescimento é para favorecer o setor imobiliário. Criticou os altos prédios erguidos e a especulação imobiliária. A Sra. Joana Darc Barbosa, Presidente da Câmara de Vereadores Comunitários de Taguatinga, leu um documento com as propostas da entidade, que seria entregue aos Deputados. Entre as sugestões, estão: boa definição da poligonal, com manutenção de marcos como o Taguatinga Shopping, a Universidade Católica, o Tagupark, as concessionárias, o Pistão Norte e o Pistão Sul; infraestrutura; revitalização de parques, praças, calçadas, ciclovias; plantio e conservação de árvores e jardins. O Sr. José Egito de Sousa, vereador comunitário, reforçou que a parte do Pistão Norte e Sul tem de ser mantida em Taguatinga, ainda que se situe depois da pista. E disse que as calçadas têm sido mal ocupadas, existem quiosques nas calçadas e falta área verde. O Sr. Ronaldo Seggiaro, Presidente Regional de Saúde e ex-Administrador, expressou a esperança de ter uma lei que contemple a cidadania e não a especulação imobiliária. A comunidade quer uma cidade onde a mãe com o carrinho de bebê possa sair de casa e andar por calçadas humanizadas, arborizadas e com segurança. O objetivo não é uma cidade para carros, que pensa em túneis e mãos únicas, mas, sim, uma cidade voltada para as pessoas. O Presidente Regional de Saúde informou que os Deputados receberiam um kit com as solicitações e as justificativas. O Deputado Cristiano Araújo cumprimentou a Deputada Celina Leão, membro da Comissão de Assuntos Fundiários e Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. A Sra. Marta Lima, Vice-Presidente da Asebrtan – Brasil e líder comunitária da QSB e CSB, expressou preocupação com o meio ambiente, há empreiteiras que se acham no direito de construir em qualquer área. No Parque do Cortado, segundo a moradora, pessoas invadem com a intenção de ganhar lotes, a mando de Deputados Distritais, do Deputado Benedito Domingos. No Parque Onoyama, existe uma área particular do ex-Deputado Paulo Octávio, onde ele pretendia construir dois prédios de dezesseis andares, mas o movimento de Taguatinga e de alguns líderes comunitários conseguiu o embargo. A líder comunitária se preocupa com as edificações que prejudiquem o meio ambiente, com a superlotação dos cemitérios e com a falta de coleta seletiva do lixo. O Deputado Cristiano Araújo convidou o Administrador de Vicente Pires, Sr. Glênio José da Silva, para compor a Mesa. O Sr. Charles Guerrero, líder comunitário, contou a história da cidade: o nascimento em 1958, a cessão de metade das terras para construção de Ceilândia, e de terras para a construção de Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires. Taguatinga possui 68% de toda a população do Distrito Federal e as políticas públicas chegam lentamente. O líder comunitário comentou que duas obras gigantescas – a do Sr. Paulo Octávio e a do antigo CIT – foram barradas não pelo poder público, mas pela comunidade. Reclamou das condições da cidade, sem calçada e sem arborização, e destacou a preocupação com a futura sede da Administração de Brasília, que elevará o fluxo de pessoas para a região. O Sr. Ademar Lamoglia, Presidente do IDAS – Instituto de Desenvolvimento

Ambiental e Social, comentou que a área das QIs não é adequada para a construção de edifícios, pois possui infraestrutura antiga e a nascentes, e que a especulação imobiliária é maior do que a qualidade de vida. Sobre a participação da comunidade, expressou estar triste, pois, apesar de o auditório estar cheio, não existe representação da comunidade; parte considerável das pessoas presentes faz parte do Carimonal, das Comissões e dos gabinetes parlamentares. E acrescentou que o Movitur repudia a tentativa de adensamento da Quadra 901 Norte, o adensamento do Setor de Hotéis e, principalmente, a criação de uma unidade imobiliária no Eixo Monumental. A Deputada Eliana Pedrosa destacou que o projeto de lei ainda seria votado nas Comissões, com possibilidade de emendas, mas não havia ouvido propostas concretas dos participantes. Ao questionar aos presentes no auditório quantos moravam em Taguatinga ou Vicente Pires, a Deputada ressaltou que não era verdade só ter a presença de assessor de Deputado. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que já notara que a cidade deseja qualidade de vida, em vez de crescimento desenfreado, com muitos prédios. Ressaltou que o a audiência pública serve para os Deputados formularem o juízo de valor e terem segurança no momento de apresentar emenda e debater com o Governador Agnelo e com o Secretário Geraldo Magela. O Deputado Olair Francisco foi convidado para compor a Mesa. A Sra. Elza Zaluskí, advogada, questionou se a área da QSC 19, Setor Primavera, estava inserida na LUOS. Disse que o art. 145 do PDOT, que é a base da LUOS, afirma que a lei de uso e ocupação do solo tratará de todas as ocupações consolidadas do Distrito Federal, o que inclui Vicente Pires, a QSC 19 e outras regiões não abrangidas. Não se pode deixar que seja sancionada uma lei incompleta. Criticou a retirada de 24 chácaras do Parque das Bênçãos para a construção de um setor habitacional para 120 mil famílias. O Sr. Wallace Pinto, do Movimento Taguatinga Unida, afirmou que esteve no Parque Onoyama para ver a revitalização e, apesar de ter de maravilhado com a obra, ficou chocado com as invasões no interior do parque. Questionou a possibilidade de se criar um grupo de trabalho para fiscalizar as invasões de áreas ambientais. O Deputado Rôney Nemer afirmou que havia oito fiscais ambientais para todo o Distrito Federal. Agora, o governo chamou mais 35 e há outros 70 para serem chamados. Os Parlamentares têm se esforçado para que chamem os fiscais concursados, para efetivamente cuidarem dos parques. O Sr. Herval Bento Rodrigues, Secretário da Associação dos Chacareiros de Vicente Pires, disse que, próximo ao Córrego do Cortado, existem chácaras inteiras, não parceladas, onde se mantêm os espaços verdes. Fez apelo para que a sociedade lutasse pela titularização dos chacareiros. A Deputada Celina Leão criticou os projetos de lei referentes à LUOS e ao PPCUB, que não tiveram a participação da sociedade. E considera um desrespeito com a sociedade e com os Deputados o envio do projeto da LUOS pelo Governo do Distrito Federal à Câmara Legislativa, em regime de urgência. A Parlamentar disse que não votará a LUOS no final do ano, por achar que não há condições técnicas para a votação. O governo poderia retomar a discussão com a sociedade e enviar à Câmara Legislativa um projeto debatido. O Deputado Olair Francisco destacou que as três Comissões são essenciais na LUOS e no PPCUB e que, a cada dia, percebe que existe um problema adicional referente aos dois projetos de lei, a exemplo da QSC 19, que, por não ser regularizada, não pode ser discutida na LUOS. O Sr. Marcus Monteiro, vice-prefeito comunitário de Vicente Pires, questionou até que ponto o interesse da população está representado no mapa. Ele enxerga apenas o interesse de alguns empresários e do governo. Referiu-se a uma área em Vicente Pires, às margens da EPTG, que muitos empresários visam. A Sra. Stefânia Leão, moradora da Vargem da Bênção, criticou a proposta de retirar os moradores da Vargem da Bênção para a criação de uma cidade para 120 mil pessoas, que comprometeria a qualidade de vida de várias regiões. E pediu transparência do governo e clareza na apresentação do mapa. O Sr. Pantelis Ledakis, empresário, relatou que é do ramo da construção civil e que não vende apartamento ou moradia, e, sim, fornece empregos. Só um dos imóveis gera de dois a três mil empregos para Taguatinga. Sobre a Vargem da Bênção, afirmou ter uma chacara no local, que emprega trinta famílias, mas que recebeu prazo de trinta dias para desocupar. O Deputado Cristiano Araújo convidou o Deputado Dr. Charles para compor a Mesa. O Sr. Fábio Henrique, do Movimento Taguatinga Unida informou o e-mail (movitur2012@gmail.com) do movimento presidido pelo ex-Administrador Regional Ronaldo Seggiaro e formado por pessoas de todas as vertentes políticas, de cujas reuniões qualquer interessado pode participar. E disse que a principal ideia é que Taguatinga não deve crescer fisicamente, nem para cima, nem para o lado. O Deputado Rôney Nemer afirmou que a não votação da lei prejudicará muita gente. Existem pessoas que não conseguem tirar o habite-se da casa porque ela está com um potencial construtivo maior; outras não conseguem tirar um alvará de funcionamento e gerar emprego em razão da lei antiga. Uma coisa é não aprovar a lei por não se querer ou por ela não ter tratado de algumas partes que os moradores entendem que deveriam ter sido tratadas. Mas o PDOT já indicou as áreas passíveis de regularização. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que, no caso das pessoas notificadas pela Agefis em razão das grades de Taguatinga, após a aprovação da LUOS pode-se buscar uma lei de anistia das multas. A Sra. Dulê Maria, representante da nova QNL, disse que na área, conhecida como Chaparral, vive-se em meio a ratos e cavalos enterrados no lixo e não há ônibus para o Plano Piloto. Pediu que os Parlamentares olhassem para a nova QNL, recuperassem o parque e fizessem área de lazer. O Sr. Paulo Machado, representante da comissão de moradores no que diz respeito às grades dos Setores QNL, QSF, QSE e QNA, disse que a Agefis esteve na QNL e em vários lugares de Taguatinga para fazer notificação. Segundo o morador, o Governador José Aparecido deu concessão, há trinta anos, para que pudessem cercar. Criticou a ação da Agefis, que teria violado o direito da inviolabilidade do lar e comentou sobre os artigos 86, 87 e 88, que não contemplam os 60 mil moradores da QNL, que têm grades em lotes unifamiliares. O Deputado Cristiano Araújo defendeu a manutenção das grades, a intenção é aprovar a manutenção e ainda a anistia das multas. O Parlamentar informou que, no próximo ano, o PDOT completará 10 anos e a revisão dele depende da aprovação da LUOS. A Sra. Iara Rezende criticou o Inchaço Imobiliário em Brasília; constrõem-se prédios de muitos andares e se criam empregos temporários. Defendeu a votação da LUOS, pois há pessoas que precisam do alvará. Pediu atenção ao sistema viário e disse ser importante a modificação da distribuição de lotes para a criação de áreas específicas de estacionamento, com foco na construção de estacionamentos verticais e não de prédios de moradia, o que valorizaria o comércio local e criaria empregos. A Deputada Celina Leão destacou não ser contrária à votação do projeto de lei, mas que se precisa de amplo debate. A Sra. Filomena Barros, Diretora Nacional Adjunta da Associação Escoteira Baden Powell, questionou sobre a possibilidade de adiar a votação do projeto, em razão da não discussão com a sociedade. Do jeito que está, afirmou que os moradores não debatem ser aprovados. Os escoteiros ocupam uma área há quinze anos e cuidam do córrego do Cortado, mas estão sendo pressionados para desocupar a área. Ressaltou a importância do cinturão verde. O Sr. Aderaldo Carvalho, perito ambiental e morador da QSF 15, reclamou das ocupações irregulares, do Pistão Sul. Falta acessibilidade e as calçadas são ocupadas pelos automóveis das concessionárias. O morador questionou sobre a concessão de licenças para a instalação de lava-jatos em áreas residenciais. Registrou a situação de degradação nos parques Boca da Mata e Cortado. O Sr. Joadson Lustosa, Presidente da Fepac (Federação das Prefeituras e Associação do Parque do Cortado), afirmou que o Parque do Cortado possui 19 nascentes e é o pulmão de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Mostrou a poligonal do parque, com as nascentes, a cabeceira do córrego do Cortado e uma construção, chamada Carandiru, onde havia 2.685 apartamentos e no próximo ano morarão dez mil pessoas. As nascentes têm sido destruídas e o parque está virando um bananal, que serve para concretizar a chacara. A presidente da

federação pediu que a LUOS trabalhasse em favor do parque. O Sr. Edmilton Gomes, Presidente da ASPROMSET – Associação de Moradores de 26 de setembro, pediu apoio dos Parlamentares ao 26 de setembro, que completou 17 anos. A proposta é que se transforme a área em semiurbana, pois várias quadras já se transformaram em área urbana. O Sr. José Firmo, ex-Presidente da Associação dos Moradores do 26 de setembro, comentou que um membro da Mesa dissera que não se estavam discutindo as áreas irregulares, por não estarem no projeto, e, então, questionou se as audiências não serviriam para melhorar a lei e contemplar todas as reivindicações da sociedade não inseridas no projeto. O morador destacou a necessidade de discutir as poligonais e de incluir na regularização as lojas maçãs instaladas em lotes ainda não regularizados. O Deputado Roney Nemer esclareceu que o governo enviou um projeto que trata apenas das áreas regularizadas, mas os Parlamentares entendem que se deve tratar de tudo, e, por isso, Vicente Pires foi convidada para participar do debate. A Deputada Eliana Pedrosa informou que havia sido aprovada, em segundo turno, a alteração da Lei Orgânica para permitir a regularizar não apenas dos templos religiosos, mas também de todas as entidades com trabalho social, como a maçonaria. E acrescentou que chegaram novos anexos ao projeto de lei e, assim, se estava apreciando um projeto ao qual não foi dado conhecimento. Sugeriu aos moradores que arquivassem na Câmara e também no Ministério Público o fato de o projeto estar incompleto. O Sr. Orlando Feliciano, comerciante, afirmou que se vive situação de abandono de aparelhos públicos na QSD 18, Vila Matias. Afirmou a necessidade de duplicação da avenida Samdu, de revitalização das praças de comércio e de mais uma pista entre Taguatinga e Samambaia. Defendeu a verticalização, com aumento no PDL do gabarito dos prédios da Avenida Samdu. O Sr. Wilson Wander Lopes falou sobre o artigo 10, parágrafo primeiro, da Lei Orgânica, segundo o qual a comunidade participará do processo de escolha do Administrador Regional. Até hoje, não foi feita a lei. E comentou também sobre o artigo 12 da Lei Orgânica, que afirma que cada Região Administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei. Destacou a necessidade de regulamentação, pelos Deputados, da participação popular. O morador ainda comentou que as pessoas precisam resolver os problemas locais nas cidades-satélites, Brasília ficaria com os assuntos federais. A Deputada Eliana Pedrosa informou que existe, na Câmara Legislativa, projeto de lei de autoria dela que regulamenta os artigos 10 e 12 da Lei Orgânica. A Parlamentar encaminhará ao movimento para que possam estudá-lo e apresentar sugestões. O Sr. Ronald Figueiras, membro do Movitur, Presidente do Conselho de Saúde de Unidade Mista de Taguatinga e criador do site confrariageiteza.com.br, afirmou que em Taguatinga existem situações complicadíssimas, como o Setor de Oficinas, o Setor de Indústrias, a Comercial Sul e Norte, o Pistão Sul e Norte, o túnel de Taguatinga. Sugeriu a realização de um seminário ou fórum para que se pudesse debater e apresentar propostas. As pessoas sem conhecimento sobre a LUOS ou o PDOT poderiam ser esclarecidas. Seria necessário um prazo maior para discutir a cidade. O Deputado Cristiano Araújo informou que os pedidos de emenda serão recebidos até final de novembro. O Sr. Dirsomar Chaves, Presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires, disse que o 26 de setembro é Fiona e tem de deixar de ser. Se os Deputados pedirem ao Ministério do Meio Ambiente para atender a essa demanda, haverá maior sensibilidade. Disse que gostaria de ver na LUOS o projeto de urbanismo de Vicente Pires. Comentou que o Ministério Público não tem debate liberar alvará de funcionamento e que a LUOS é necessária para solucionar o problema da micro, pequena, média e grande empresa. O Deputado Cristiano Araújo disse ter ficado clara a preocupação com o grande adensamento habitacional, com o crescimento sem planejamento. Os Deputados pretendem, com as 25 audiências públicas agendadas, ter algo positivo para a comunidade. O Parlamentar ressaltou que os moradores deviam enviar à Câmara Legislativa sugestões por escrito, e

encerrou a audiência pública. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, larei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Roney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros  
Presidente da CDESCTMAT

Deputado Roney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DEBATER O PLC Nº 79/2013 (LUOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 12/11/2013.**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas, no Teatro de Sobradinho, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a Comissão de Economia, Orçamento, e Finanças – CEOF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ para a audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2013, que “aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”, tendo como objetos de debate as Regiões Administrativas de Sobradinho, de Sobradinho II e da Fercal. O Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a audiência e convidou para compor a Mesa a Deputada Eliana Pedrosa; o Deputado Robério Negreiros; o Deputado Dr. Michel; o Administrador Regional de Sobradinho II, Sr. Salomão Gomes de Vasconcelos; o Administrador Regional da Fercal, Sr. Alexandre de Jesus Yanes. O Deputado esclareceu que a lei não criará novas áreas e tratará apenas do potencial construtivo e da destinação de uso das áreas, além de dar clareza à legislação referente a alvarás e habite-se. Assim, a LUOS pretende levar desenvolvimento

para a cidade. Há que se conseguir um equilíbrio entre crescimento e qualidade de vida e é necessário ouvir os moradores, que poderão fazer as reivindicações. O Deputado Cláudio Abrantes destacou que a LUOS é um remédio para o desenvolvimento das cidades e que o conceito de cidades satélites como dormitórios deve ser repensado. O ideal é que as cidades tenham vida própria. A Deputada Eliana Pedrosa reforçou a importância de os moradores protocolarem as reivindicações nas Comissões de mérito – CAF e CDESCTMAT. O Deputado Wellington Luiz afirmou que se precisa pensar numa Brasília muito melhor, por meio da manifestação da sociedade. Os Parlamentares e o governo precisam fazer exatamente o que a sociedade quer. O Administrador de Sobradinho, Sr. Márcio Ribeiro Guedes, falou da dificuldade do trabalho de Administrador, que sofre pressão de todos os lados, do ramo da construção civil e do setor imobiliário, e destacou a necessidade de expressar a opinião e de crescer com responsabilidade. O Administrador Regional de Sobradinho II, Sr. Salomão Gomes de Vasconcelos, disse sentir a necessidade de crescimento nos gabaritos da cidade. O Administrador Regional da Fercal, Sr. Alexandre de Jesus Yanes, afirmou que Sobradinho, Sobradinho II e Fercal são cidades que convivem entre si, mas que estão muito travadas. Precisa-se achar um meio termo, porque a cidade precisa crescer, a cidade não pode deixar de ter um hipermercado em razão de não haver área destinada. O Sr. Rafael Matias, Presidente da Associação dos Proprietários de Lotes da Área Especial de Sobradinho, disse que, na Área Especial de Sobradinho, os lotes tiveram o potencial reduzido na LUOS. Pediu que o potencial fosse retornado à condição inicial e que os usos fossem ampliados para atender à demanda da região. O pleito é que seja feito o mesmo que em Taguatinga, onde as áreas industriais antigas, que ficaram obsoletas, foram transformadas. Atualmente está como CCIR2 e seria transformada em CCIR3. O Sr. José Teixeira Fernandes, servidor público e morador de Sobradinho, afirmou que o homem está destruindo as cidades, as nascentes. Denunciou o abandono do Horto Florestal e do Ribeirão de Sobradinho. É preciso criar corredores ecológicos para proteger os animais e pensar no adensamento populacional.

Também comentou sobre a mobilidade, os problemas de congestionamento. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que os Parlamentares estão comprometidos com a causa do meio ambiente. O Sr. Ronaldo Nunes Borges, da Associação dos Compradores do Condomínio Residencial do Bosque, relatou que as pessoas compraram apartamento no prédio que estava em construção na quadra 9, mas a obra foi embargada e a empresa faluiu. Para evitar que a obra fosse saqueada, as famílias dos compradores se mudaram e vivem em condições desumanas. O representante da associação pediu apoio dos Deputados às famílias. O Deputado Cristiano Araújo convidou para compor a Mesa o Deputado Roney Nemer e orientou que o Sr. Ronaldo Borges protocolasse a demanda. O Sr. Luiz Gustavo, representante da Assembleia de Deus do Brasil, disse que foi adquirida área em 1999 para a construção de templo religioso. Houve um equívoco na demarcação da área e se construiu metade do templo em terra pública. A obra foi embargada e se apresentou projeto definitivo. A notícia de que há proposta para mudar a destinação da área pode prejudicar a Igreja Batista e a Assembleia de Deus Agape. Por fim, solicitou que se verificasse a possibilidade de desmembramento da área, que possui três donos. O Deputado Roney Nemer informou que foi realizado evento na Câmara que legaliza os terrenos de templos e de entidades sociais. Se houve construção fora da área antes daquela lei, pode haver a desafetação fazendo a audiência pública para regularizar dessa forma. O Sr. Valdir Calisto, produtor rural e presidente da Associação dos Agropecuaristas da região de Sobradinho, disse que teria muito pouco a falar, pois, infelizmente, a lei não trata da área rural. Ela é omissa em relação a isso, apesar de o PDOT dizer que a lei deve ser aplicada nas regiões administrativas, e não apenas nas cidades. Afirmou que o risco da lei é o que não está desenhado no mapa. A área do Polo de Cinema, onde está a maior reserva de água subterrânea do Distrito Federal, já está encaminhada para se tornar urbana. Na região do Entrelagos, será construída uma cidade que vai abranger do RK até o balão do Paranoá. E há dois projetos do Minha Casa, Minha Vida. Segundo o produtor rural, não dá para trazer o progresso para a cidade e descuidar do meio ambiente e da área rural. Por fim, questionou o motivo de a Terracap e o GDF não fazerem a discriminatória e demarcatória determinada no PDOT e no TAC nº 018. O Sr. Benedito de Figueiredo Coutinho afirmou que o DNOCS não tem ainda os aparelhos de esporte, lazer, cultura, saúde e educação. Existe um lote antigo chamado Central do Forró, que o morador pediu que fosse destinado para a comunidade da Vila DNOCS, que precisa de aparelhos públicos. O Sr. Leonardo Moura, Presidente da Associação Residencial do Bosque, disse que a situação do Residencial do Bosque era de quatro pavimentos e já foi alterada para seis. Mas faltou incluir o pilotis e aumentar a altura máxima de vinte e três e meio para vinte e sete metros. O Sr. Maurício Costa, empresário, parabenizou os Deputados pela aprovação da lei que regulamenta os templos religiosos. Ele disse que as áreas verdes de Sobradinho precisam de um projeto arrojado de revitalização. Não há captação própria de água e o tratamento de esgoto não comporta nem 50%, e há lançamento de esgoto no ribeirão. O empresário destacou a necessidade de um projeto de impacto de trânsito e a necessidade de debate do processo de desapropriação do remanescente da Fazenda Sobradinho Olhos D'água. E comentou sobre um projeto em parceria com a União e a ODF – Organização das Cooperativas do Distrito Federal, desenvolvido para ser ecologicamente viável, com um sistema de tratamento de esgoto compacto, independente, com coleta de lixo e projeto de quadras esportivas, facilidades e creches. O Sr. Flávio afirmou que já fez vários pedidos à Administração e nada foi cumprido. Sugeriu que, após as audiências, os Deputados juntem o que foi protocolado e façam nova audiência para dar satisfação sobre o que foi protocolado. A Deputada Eliana Pedrosa esclareceu que as questões relativas a terras são de iniciativa do Poder Executivo. O projeto da LUOS é do Executivo e, para a Câmara Legislativa propor alteração, tem que primeiro legitimar através de audiências públicas. É importante protocolar as argumentações nas Comissões de mérito, para evitar o risco de

inconstitucionalidade. O Sr. Júnior, comerciante, relatou que se consegue autorização na Administração para consultório, mas não como clínica. Pediu que fosse autorizado o uso comercial nos lotes residenciais das avenidas principais. O Sr. Delson da Costa Matos, morador da Fercal, afirmou a necessidade de mudar o termo utilizado, pois a Fercal não é área de risco e, sim, região de risco. Toda a região é de risco, com ribanceiras e despenhadelhos. Outra preocupação refere-se às áreas mais planas da região, passíveis de expansão, que estão sendo compradas pela Cimento Tocantins e pela Ciplan. O morador acredita que deve haver um plano de manejo do terreno, pois estão numa área de preservação ambiental chamada APA de Cafuringa, dentro de outra maior, que é a APA Planalto Central. A Deputada Eliana Pedrosa disse que a Fercal não está contemplada na Luos porque ela ainda não tem plano urbanístico. Não só a Fercal, mas também Arapongas, Estância e vários outros locais do Distrito Federal não foram contemplados e são regiões absolutamente consolidadas. O Deputado Robério Negreiros ressaltou a necessidade de os moradores protocolarem na CAF ou na CDESCTMAT os pedidos, com respaldo técnico, para que os Parlamentares tentassem sensibilizar o Poder Executivo. E acrescentou que o fato de a Fercal não estar na LUOS foi por decisão do Poder Executivo, e não dos Parlamentares. O Sr. Hélio Ferreira das Chagas, Presidente do Conselho de Segurança de Sobradinho, expressou preocupação com as áreas verdes desculpadas, que tem servido de refúgio para pessoas drogadas e traficantes. Debuxou registrado um projeto para as áreas verdes. Também comentou sobre duas áreas para postos policiais que estão abandonadas. O Sr. Sidnei Rodrigues, representante dos microempresários de Sobradinho, afirmou que ainda falta fazer muito na cidade e a área norte é a que menos tem recebido investimentos do GDF. Comentou sobre uma área mista, que poderia atender aos micro e pequenos empresários

que trabalham em fundo de quintal, e pediu que fosse revisto o Plano Diretor de Sobradinho e fossem feitos prédios comerciais na avenida. Criticou a proposta de um dos maiores condomínios do Distrito Federal próximo à Torre Digital. A Sra. Neida lamentou as condições da Fercal, que não tem equipamentos públicos e sequer uma sede para a Administração. A Sra. Lúcia Araújo Nascimento disse que existem muitas crianças fora da escola e reforçou a necessidade de escola na Fercal. O Sr. Estevão Reis pediu que fosse considerado o quarto pavimento na área comercial de Sobradinho II. Pediu a regularização das pontas de quadra, com mais de trezentas famílias morando de forma desumana; o asfaltamento da Vila Rabelo, de forma ecológica; terrenos para equipamentos de segurança. O Sr. Alakide Miguel, membro da Associação Comercial, afirmou ser necessário revitalizar as feiras verdes, onde existem galinheiros, piscinas, cercas vivas, podgas e até gente morando. Criticou a proposta de transformar as áreas na margem da BR-020 em galpões e propôs transformá-la em uso misto, para que se possa construir um supermercado. O Sr. Jerry Barbosa, representante do comércio de Sobradinho, perguntou sobre a possibilidade de aumento da área para atender aos que frequentam o comércio. E afirmou que o transporte em Sobradinho é inadequado, sempre cheio; as paradas e a rodoviana de Sobradinho estão em situação vergonhosa. O Sr. Darley César, do Grupo Cultural Azulim Mar Vermelho, comentou sobre as pontas de rua de Sobradinho II e a regularização do Buritizinho. Ele alertou para a existência do Morro do Saneamento e falou do problema de retirada de médicos do posto de saúde de Sobradinho II. Por fim, reforçou a importância de se definir o que é Sobradinho I, Sobradinho II e Fercal. A Deputada Eliana Pedrosa disse ser fundamental a definição das poligonais. No início de 2010, as poligonais de todas as cidades se encontravam na Câmara Legislativa. O atual governo retirou as poligonais para serem reestudadas e, até hoje, as poligonais não foram reapresentadas. A LUOS não pode mexer nesse assunto. A Deputada Celina Leão informou que, quando foi criado Sobradinho II, o projeto de lei dizia que viria uma nova lei para regulamentar o nome da nova cidade e que haveria um plebiscito. O projeto de lei foi apresentado e votado; foi enviado, ofício ao TRE para fazer a eleição do nome de Sobradinho

II. O Sr. Lourival Azevedo, Presidente da Associação Comunitária da Nova Colina, falou dos problemas em Nova Colina. Pediu a revisão da Lei Orgânica para que os comerciantes possam trabalhar e comentou que falta área para esporte e grandes eventos. A Sra. Neide Seba, moradora de Sobradinho, arquiteta urbanista, questionou o motivo de apenas a região central de Sobradinho poder crescer. Ela considera que todas as quadras têm direito ao crescimento, com comércio próximo de casa, desde que haja regras. O Deputado Cristiano Araújo informou que o Deputado Robério Negreiros teve que se ausentar, para socorrer a esposa, que sofrera um acidente de automóvel. O Sr. Rissel Francisco Coelho Cardoch Valdez, servidor da Administração Regional de Sobradinho II, afirmou que a legislação urbanística é bastante engessada e que a participação popular é fundamental. Comentou que, quando ficou pronta a proposta da Sedhab em 2012, houve reunião na Administração e se apresentou uma contraproposta, considerando que em Sobradinho II existem pelo menos dez edificações com três pavimentos e vários comércios em lotes residenciais. O servidor sugeriu marcar uma data para apresentar a proposta da Administração e colher as informações da população. Por fim, quanto à alteração de uso e ao aumento do potencial construtivo, sugeriu que a população fosse informada com antecedência sobre a ODIR – Outorga Onerosa do Direito de Construir e a ONALT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso. O Deputado Wellington Luiz disse que seria muito importante levar à Câmara Legislativa o consenso da população quanto à contraproposta da Administração até 29 de novembro, para que seja possível avaliar. O Sr. Luciano Moreira, servidor da Secretaria de Habitação e morador da região, disse que a população de Sobradinho II, por diversas vezes, vem pedindo que toda a área comercial de Sobradinho II por onde passa lotação e onde existe comércio seja destinada para quatro pavimentos. Para o setor administrativo de Sobradinho II, sugeriu seis pavimentos. O Deputado Dr. Michel afirmou que existem várias disparidades; numa rua se podem construir seis andares; em outra rua, do outro lado, só pode fazer mais um andar. Disse ser o momento de fazer emendas e acreditar que os demais Parlamentares contemplarão a verticalização. Também comentou sobre o problema de Nova Colina e das poligonais. E no Grande Colorado existem prédios de quatro, cinco andares e a Agefis está notificando todos. Precisa-se fazer a mudança de gabarito de Sobradinho. O Parlamentar se comprometeu a verificar a situação do Setor de Mansões do Grande Colorado, do RK, da Nova Colina e da Fercal. Informou que foi aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 56, que dá direito de cessão de uso real ou até mesmo de venda por licitação para as entidades que fazem trabalho filantrópico, e defendeu o crescimento, a verticalização da cidade. O Deputado acrescentou que se precisa regularizar o Edifício Bosque. A Deputada Eliana Pedrosa afirmou a necessidade de protocolo do pedido com a assinatura das 48 famílias. A Deputada Celina Leão afirmou que a LUOS poderia estar sendo discutida pela Câmara Legislativa desde o começo do ano, mas foi retirada de forma brutal da Câmara Legislativa, pois a composição da CAF não foi a que o governo gostaria naquele momento. E comentou que percebe nas audiências públicas ser a primeira vez que a sociedade está tendo contato com esse debate. O debate não foi feito pelo Executivo. Sobre os templos, a Deputada questionou se a comunidade evangélica, católica e outras entidades, como as de raízes africanas, tinham noção da abrangência da lei. Caso se vote por não ter uma instituição religiosa onde existe uma igreja funcionando, essa igreja não vai poder permanecer no local. Informou que encaminhou ofício com pedido ao Secretário Magala para que incluisse na LUOS as áreas não regularizadas e acrescentou que os moradores de Sobradinho querem, além de segurança e saúde, a regularização fundiária. O Deputado Wellington Luiz encerrou a audiência pública às 21h40. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Deputados Robério Negreiros, Cristiano Araújo, Rôney Nemer e Wellington Luiz, e encaminhada para publicação.

Deputado Robério Negreiros  
Presidente da COMESCTMAT

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CEOF

Deputado Cristiano Araújo  
Presidente da CAF

Deputado Wellington Luiz  
Relator da LUOS (CAF)

## Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

### CONVOCAÇÃO

Por ordem do Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Joe Valle, convoco as senhoras e os senhores deputados membros desta comissão para a 2ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 24 de abril de 2014 (quinta-feira) às 14h:30min na Sala de Reunião das Comissões.

Lembro aos Senhores Deputados titulares que na impossibilidade de seu comparecimento e para fins de substituição, os seus respectivos suplentes devem ser avisados e convocados para participar da referida Reunião.

Brasília, 22 de abril de 2014.

João Carlos Martins Neto  
Secretário da CFGTC

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES  
DATA: 24 de abril de 2014 (quinta-feira), às 14:30h.

### I – EXPEDIENTES

1. Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/03/2014.
2. Leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 10/04/2014.
3. Apreciação do Requerimento nº 01/2014 da CFGTC que requer a realização de Audiências Públicas, ao longo de 2014, para debater os Relatórios Quadrimestrais de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF, tendo por base a Lei Complementar nº 141/2012.
4. Apreciação da Nota técnica nº 01/2014 - CFGTC, referente à atividade 3 do Plano Anual de Trabalho 2013 da Comissão, cujo objetivo foi a "Avaliação do Cumprimento das Ações Prevista no Plano Distrital de Enfrentamento do Crack e Outras Drogas".
5. Representações encaminhadas à Comissão:
  - 5.1 Memorando nº 021/2014 – Gabinete Deputada Eliana Pedrosa, que: "Comunica ocultação de informação orçamentária".
  - 5.2 "Denúncia sobre construção supostamente Irregular na ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) da Granja do Ipê".

### II – COMUNICADOS

1. DE MEMBROS DA COMISSÃO
2. DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

### III – MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

#### 1. PROJETO DE LEI Nº 1395/2013

"DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS (NF-E) NAS OPERAÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTOR: Deputado Chico Leite  
RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa  
PARECER: Pela Aprovação do projeto de lei.

**2. PROJETO DE LEI Nº 1818/2014**

"Altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

**AUTOR:** Poder Executivo

**RELATORA:** Deputada Arlete Sampaio

**PARECER:** Pela Aprovação do projeto de lei.


**3. RELATÓRIO FINAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO REQUERIMENTO Nº 2718/2013**

"Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS"

**Autoria:** Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.

**Relatora:** Deputada Eliana Pedrosa

**Relatório:** Entende ser cabível a promoção de Representação desta CFGTC, dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o *Parquet* proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local.

  
João Carlos Martins Neto  
Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança,  
Transparência e Controle – CFGTC

**Comissões Especiais****ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA**

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial para análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, criada pelo Ato do Presidente nº 230, de 2013, com as presenças da Deputada Arlete Sampaio, Presidente da Comissão, e dos Deputados Cristiano Araújo, Evandro Garla, Robério Negreiros e Joe Valle. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Arlete Sampaio, abriu a sessão, com a leitura dos itens da pauta, e solicitou aos parlamentares que deliberassem sobre a ata da 3ª Reunião Ordinária, uma vez que o texto era de conhecimento prévio de todos. A ata foi considerada lida e aprovada, por unanimidade. Em seguida, foi anunciada a discussão e votação do item número 01 da pauta, PELO nº 19/2011, que "dá nova redação aos artigos 191, Inciso V; 312, parágrafo único da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Claudio Abrantes e outros e relatoria da Deputada Arlete Sampaio. Assumiu a presidência o Deputado Robério Negreiros. A relatora proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. A Presidente, Deputada Arlete Sampaio, anunciou o item número 02 da pauta, PELO nº 12/2007, que "dá nova redação ao art. 107 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Milton Barbosa e outros e relatoria do Deputado Evandro Garla. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado o item número 08 da pauta, discussão e votação da PELO nº 35/2011, que "altera a redação do inciso XXXIII do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros e relatoria do Deputado Evandro Garla. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Reassumiu a presidência o Deputado Robério Negreiros e anunciou o item número 09 da pauta, discussão e votação da PELO nº 50/2013, que "altera o art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Dr. Michel e outros e relatoria da Deputada Arlete Sampaio. A relatora proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Evandro Garla e anunciou o item número 11 da pauta, discussão e votação da PELO nº 48/2012, que "inclui o parágrafo único ao artigo 13 da LODF, para cuidar dos interesses das crianças e dos adolescentes", de autoria da Deputada Arlete Sampaio e outros e relatoria do Deputado Robério Negreiros. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado pela Presidente, Deputada Arlete Sampaio, o item número 12 da pauta, discussão e votação da PELO nº 41/2012, que "altera a redação do inciso II do artigo 272, dispondo sobre a gratuidade no sistema de transporte coletivo no Distrito Federal para pessoas com idade a partir de 60 anos", de autoria do Deputado Joe Valle e outros e relatoria do Deputado Prof. Israel Batista, os parlamentares decidiram, durante a discussão, pela apreciação da proposta em reunião futura. Ato contínuo, a presidente anuncia o item número 13, discussão e votação da PELO nº 21/2011, que "altera a seção I, capítulo V, do título VI da LODF, modificando a redação do art. 221, acrescentando o art. 221-A e o art. 221-B, alterando os arts. 222, 223, 224,

225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, todos da LODF", de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros e relatoria do Deputado Evandro Garla. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade, com cinco emendas modificativas. A presidente anuncia, em seguida, o item número 14, discussão e votação da PELO nº 49/2010, que "dá nova redação ao inciso XXXV do art. 60 da LODF", de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus e outros e relatoria do Deputado Evandro Garla. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade, com uma emenda substitutiva. Anunciado o item número 15 da pauta, discussão e votação da PELO nº 33/2011, que "modifica o art. 241 da LODF e dá outras providências", de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros e relatoria do Deputado Robério Negreiros. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. A requerimento do Deputado Joe Valle foi incluído, como item extra-pauta, a PELO nº 58/2013, que "acrescenta o §7º ao art. 289 da LODF", de autoria do Deputado Joe Valle e outros e relatoria da Deputada Celina Leão. O Deputado Robério Negreiros, designado relator "ad-hoc" pela Senhora Presidente, Arlete Sampaio, proferiu e ratificou o parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado o item número 03 da pauta, discussão e votação da PELO nº 29/2011, que "dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o §2º do art. 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Raad Massouh e outros e relatoria do Deputado Cristiano Araújo. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação da matéria, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado o item número 04 da pauta, discussão e votação da PELO nº 16/2011, que "altera o artigo 115 da Lei Orgânica do Distrito Federal para estender a totalidade dos servidores públicos os benefícios da assistência judiciária nas situações especificadas e acrescenta parágrafo único excluindo o proveito aos praticantes dos delitos que menciona", de autoria do Deputado Claudio Abrantes e outros e relatoria do Deputado Cristiano Araújo. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi anunciado o item número 05 da pauta, discussão e votação da PELO nº 09/2011, que "acrescenta o §2º ao art. 67 da Lei Orgânica do Distrito

Federal, que dispõe sobre convocação extraordinária da Câmara Legislativa", de autoria do Deputado Chlco Leite e outros e relatoria do Deputado Cristiano Araújo. O relator proferiu a leitura do parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado o item número 06 da pauta, discussão e votação da PELO nº 07/2007, que "revoga o inciso XLI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Reguffe e outros e relatoria da Deputada Celina Leão, os parlamentares decidiram pela apreciação da proposta em reunião futura. Anunciado o item número 07 da pauta, discussão e votação da PELO nº 30/2011, que "dá nova redação ao §2º do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria do Deputado Claudio Abrantes e outros e relatoria da Deputada Celina Leão. O Deputado Robério Negreiros, designado relator "ad-hoc" pela Senhora Presidente, Arlete Sampaio, proferiu e ratificou o parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Anunciado o item número 10 da pauta, discussão e votação da PELO nº 34/2011, que "acrescenta o §3º ao art. 267 da Lei Orgânica do Distrito Federal", de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros e relatoria do Deputado Agacel Mala. O Deputado Evandro Garla, designado relator "ad-hoc" pela Senhora Presidente, Arlete Sampaio, proferiu e ratificou o parecer, que concluiu pela aprovação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Por fim, a Senhora Presidente, Deputada Arlete Sampaio, agradeceu a presença de todos e o empenho dos parlamentares na apreciação da pauta da comissão especial e encerrou a 10ª Reunião Ordinária às 16h00min, da qual eu, Josué Magalhães de Lima, Chefe do SACT, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente.

  
Deputada Arlete Sampaio  
Presidente

**RESULTADO DE PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA**

**LOCAL:** SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES  
**DATA:** 16 de abril de 2014, às 10h00min

**EXPEDIENTES**

LEITURA DA ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 2013.

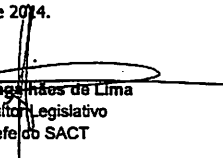
**RESULTADO:** APROVADA

**MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Item 01	Discussão e votação da PELO nº 07/2007, que "revoga o inciso XLI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal". Autoria: Deputado Reguffe e outros Relatora: Deputada Celina Leão Parecer: Pela rejeição. <b>RESULTADO:</b> REJEITADA.
---------	--

Item 02	Discussão e votação da PELO nº 41/2012, que "altera a redação do Inciso II do artigo 272, dispondo sobre a gratuidade no sistema de transporte coletivo no Distrito Federal para pessoas com idade a partir de 60 anos". Autoria: Deputado Joe Valle e outros. Relatoria: Deputado Prof. Israel Batista Parecer: pela aprovação, com 01 emenda modificativa. <b>RESULTADO: DEFERIDO PEDIDO DE VISTAS AO DEP. ROBÉRIO NEGREIROS.</b>
Item 03	Discussão e votação da PELO nº 26/2011, que "altera incisos e inclui alíneas no Título III do Capítulo III da Lei Orgânica do Distrito Federal, adequando-a as normas de observância obrigatória da Constituição Federal de 1988". Autoria: Deputada Celina Leão e outros. Relatoria: Deputado Robério Negreiros. Parecer: pela aprovação, com a emenda substitutiva da CCJ. <b>RESULTADO: APROVADA.</b>

Brasília-DF, 22 de abril de 2014.

  
José Magalhães de Lima  
Consultor Legislativo  
Chefe do SACT

## Mesa Diretora

### Atos da Mesa Diretora

#### ATO DA MESA DIRETORA Nº 15, DE 2014

Suspende a movimentação de bens patrimoniais na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

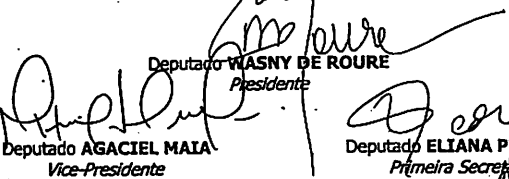
A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que dispõe o Memorando nº 2/2014-Comissão de Inventário/CLDF-2014, RESOLVE:

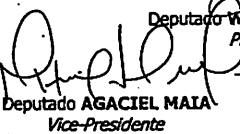
Art.1º DETERMINAR a suspensão de toda e qualquer movimentação de bens patrimoniais na Câmara Legislativa do Distrito Federal, até que os trabalhos da Comissão de Inventário - 2014 sejam concluídos.


Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

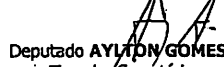
Sala de Reuniões, 22 de abril de 2014.

  
Deputado WASNY DE ROURE  
Presidente

  
Deputado AGACIEL MAIA  
Vice-Presidente

  
Deputado ELIANA PEDROSA  
Primeira Secretária

  
Deputado Prof. ISRAEL BATISTA  
Segundo Secretário

  
Deputado AYLTON GOMES  
Terceira Secretário

#### ATO DA MESA DIRETORA Nº 16, DE 2014

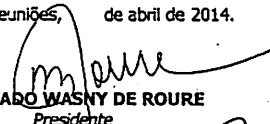
Autoriza a participação de Parlamentar em evento que especifica.

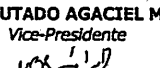
A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o Memorando nº 54/2014 - GDCL, RESOLVE:


Art.1º Autorizar a participação da DEPUTADA CELINA LEÃO no Seminário - "Parceria Público Privada - PPP - Como, Por que e Para quem", nos dias 29 e 30 de abril, em Curitiba-PR, com pagamento de passagens aéreas, Brasília-Curitiba-Brasília e 1 1/2(uma e meia) diária, na forma solicitada.


Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Sala de Reuniões, de abril de 2014.

  
DEPUTADO WASNY DE ROURE  
Presidente

  
DEPUTADO AGACIEL MAIA  
Vice-Presidente

  
DEPUTADA ELIANA PEDROSA  
Primeira Secretária

  
DEPUTADO Prof. ISRAEL BATISTA  
Segundo Secretário

  
DEPUTADO AYLTON GOMES  
Terceira Secretário

#### ATO DA MESA DIRETORA Nº 17, DE 2014

Altera a composição do Núcleo de Verbas Indenizatórias - NVI designado pelo AMD nº 7/2013 e posteriormente alterado pelo AMD nº 86/2013.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no Ato da Mesa Diretora nº 31/2012, que regulamenta a aplicação da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar, e o que consta no Memorando nº 05/2014-GVP, de 10 de abril de 2014, RESOLVE:

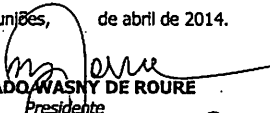
Art.1º ALTERAR a composição do Núcleo de Verba Indenizatória-NVI no que se refere aos Membros representantes da Vice-Presidência, conforme a seguir:

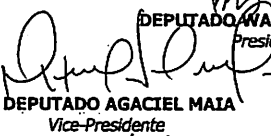
NOME	MATRÍCULA	CONDIÇÃO	INDICAÇÃO
Ricardo Lima de Oliveira	16.689	Titular	Vice-Presidência
Thaissa Gonçalves Torres	19.814	Substituto	Vice-Presidência


Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.


Sala de Reuniões, de abril de 2014.

  
DEPUTADO WASNY DE ROURE  
Presidente

  
DEPUTADO AGACIEL MAIA  
Vice-Presidente

  
DEPUTADA ELIANA PEDROSA  
Primeira Secretária

  
DEPUTADO Prof. ISRAEL BATISTA  
Segundo Secretário

  
DEPUTADO AYLTON GOMES  
Terceira Secretário

## Gabinete da Mesa Diretora

#### PORTARIA-GMD Nº 83, DE 22 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO GABINETE DA MESA DIRETORA - TERCEIRA SECRETARIA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Ato da Mesa Diretora nº 57/2000, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os seguintes requerimentos:

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto
3201/2014	AYLTON GOMES	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao 158º Aniversário do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
3212/2014	AYLTON GOMES	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem ao Senhor Marcelo Paes Landim em Planaltina - Distrito Federal.
3213/2014	WELLINGTON LUIZ	Requer a realização de Sessão Solene para à posse do Grêmio Estudantil "Nova Mobilização do DF".

3214/2014	BENEDITO DOMINGOS	Requer a realização de Sessão Solene para a entrega do Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Paulo César Santana.
-----------	-------------------	--

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/Primeira Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/Segunda Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/Terceira Secretária

PORTARIA-GMD Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO GABINETE DA MESA DIRETORA - TERCEIRA SECRETARIA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Ato da Mesa Diretora nº 57/2000, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os seguintes requerimentos:

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto
3219/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Nacional de Liberdade de Imprensa.
3220/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o dia do Administrador.
3221/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia da Secretária.
3222/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia do Poeta.
3223/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia do Médico.
3224/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Mundial do Diabetes.
3225/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia do Conselheiro Tutelar.
3226/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia Nacional da Família.
3227/2014	CELINA LEÃO	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar o Dia do Atleta Brasileiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/Primeira Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/Segunda Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/Terceira Secretária

PORTARIA-GMD Nº 85, DE 22 DE ABRIL DE 2014

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, e tendo em vista o contido no Memorando nº 26/2014-GP, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a utilização do auditório desta Casa Legislativa para a realização de reunião da Mesa Diretora da CLDF com os Vereadores dos vinte e dois Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDÉ, no dia 25 de abril de 2014, às 14 horas na forma solicitada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/Primeira Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/Segunda Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/Terceira Secretária

PORTARIA-GMD Nº 86, DE 22 DE ABRIL DE 2014

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 4º, inciso X, da Resolução nº 168/2000 e tendo em vista o que consta no Processo nº 001-000394/2014, RESOLVE:

Autorizar a participação dos servidores Manoel Carlos Pereira, matrícula nº 11.559, João Batista Carneiro Neto, matrícula nº 11.617, Assistentes Legislativos, e Mardem da Silva Teles Filho, matrícula nº 11.567, Técnico Legislativo, no curso "Tecnologias de Rede Sem Fio", no período de 28 de julho a 1º de agosto de 2014, em Brasília - DF, com pagamento de inscrição e sem prejuízo da remuneração.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/Primeira Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/Segunda Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/Terceira Secretária

PORTARIA-GMD Nº 87, DE 22 DE ABRIL DE 2014

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, e tendo em vista o contido no Memorando nº 23/2014-GDLR, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o afastamento do servidor CAIO BARREIROS BARBIERI, matrícula nº 18.838, Cargo Especial de Gabinete, lotado no Gabinete Parlamentar da Deputada Lilliane Roriz, nos dias 29 e 30 de abril de 2014, para participar do Congresso "Inteligência para o Futuro das Cidades - 2014", em Londres-Inglaterra, sem ônus para a CLDF e sem prejuízo da sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/1ª Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/2ª Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/3ª Secretária

ATA DA 11ª REUNIÃO DO GABINETE DA MESA DIRETORA DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Presidência, reuniram-se os Membros do Gabinete da Mesa Diretora, estando presentes os senhores George Alexander Contarato Burns, Secretário-Geral/Presidência, Arelcio Alexandre Gazal, Secretário Executivo/Vice-Presidência, Jane Mary Marrocos Malaquias, Secretária Executiva/Primeira Secretária, Renan Bessoni Paz, Secretário Executivo/Segunda Secretária e Alexandre Braga Cerqueira, Secretário Executivo/Terceira Secretária, para deliberarem sobre os itens a seguir: 1) Verbas Indenizatórias: Processos nº 001.000206/2014 - Dep. Dr. Michel ; nº 001.000170/2014 - Dep. Wellington Luiz ; nº 001.000032/2014 - Dep. Joe Valle. Relatores: Secretários do GMD. Deliberação: Aprovados os pareceres na forma apresentada. Nada mais havendo a tratar, eu, George Alexander Contarato Burns, Secretário-Geral/Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Secretários do Gabinete da Mesa Diretora presentes à reunião.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral/Presidência

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo/Vice-Presidência

**JANE MARY MARROCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva/Primeira Secretária

**RENAN BESSONI PAZ**  
Secretário Executivo/Segunda Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo/Terceira Secretária

## Comunicados

### COMUNICADO

*Tendo em vista a realização de serviços de manutenção nas instalações elétricas dos equipamentos de rede localizadas entre o 1º e o 5º andares, A Secretaria-Geral/Presidência comunica que haverá interrupção do acesso à internet e à intranet, nos dias 23 e 24/4/2014, entre 8 e 9h.*

## Fascal

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E  
SERVIDORES DA CLDF – FASCAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO


Processo nº 001-001050/2009. Quinto Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 38/2010, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA. Objetos: prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento estabelecido entre o Fascal e a Credenciada e alteração dos valores dos fatores multiplicadores dos serviços prestados. Vigência: de 23 de abril de 2014 a 22 de abril de 2015 e a partir da publicação deste Extrato de Termo Aditivo no Diário Oficial do Distrito Federal- DODF, respectivamente. Data da assinatura: 16 de abril de 2014. Legislação: Art. 57, II e Art. 40, XI, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pelas Leis nºs. 9.648/1998 e 8.883/1994. Partes: pelo FASCAL, o Sr. Gregório Matias Dantas de Araújo e pela Credenciada, o Dr. João Gabbardo dos Reis.

## Contratos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a competência que lhe foi delegada pelo Ato do Presidente nº 07/2014, considerando o art. 87 da Lei 8.666/93, conforme expresso no Termo de Referência a fis. 20, **RESOLVE** aplicar à empresa **PM Cofres Ltda.**, CNPJ 11.573.420/0001-83, pelo atraso na entrega dos bens contratados, com base na Nota de Empenho nº 2014NE00063 e Nota Fiscal nº 3.518 – Processo nº 001.000887/2013, a penalidade de MULTA pecuniária no valor de R\$ 71,97 (setenta e um reais e noventa e sete centavos). George Alexander Contarato Burns - Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

AUTORIZO A APLICAÇÃO E A PUBLICAÇÃO DA PENALIDADE, CONFORME MODELO ACIMA.

  
GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS  
Ordenador de Despesa

### Publicação no DCL

As matérias enviadas para publicação no DCL devem cumprir o Ato da Mesa nº 27/2007\*, especialmente, os seguintes aspectos de formatação:

- tamanho do papel A4
- orientação na forma retrato
- margens: superior: 4cm  
esquerda: 3cm  
direita e inferior: 2cm
- alinhamento vertical superior/justificado
- parágrafo de 1,5cm da margem esquerda
- fonte tahoma normal tamanho 12
- espaçamento: entre linhas: simples  
antes do parágrafo: 6pt

\*O Ato da Mesa Diretora nº 27, de 2007 regulariza a formatação dos textos a serem disponibilizados em meio digital pela CLDF

# EXAMES PERIÓDICOS

No mês  
do seu  
aniversário,  
compareça  
ao Setor de  
Assistência  
à Saúde,  
para a  
realização  
dos  
exames  
periódicos  
anuais.

# notícias

**Acompanhe o que acontece na Câmara Legislativa.**



**Notícias atualizadas no  
Portal da Casa.**

**[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)**